

Conselho Regional de Psicologia 8ª Região – CRP-08

Levantamento do Perfil Profissional e das Condições de Trabalho dos Psicólogos do Paraná – CRP-08

Relatório Final



2010

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ
GESTÃO 2010/2012**

CONSELHEIROS EFETIVOS:

Psic. João Baptista Fortes de Oliveira CRP-08/00173 – Conselheiro Presidente
Psic. Rosângela Lopes de Camargo Cardoso CRP-08/01520 – Conselheira Vice-Presidente
Psic. Sérgio Luis Braghini CRP-08/15660 – Conselheiro Tesoureiro
Psic. Márcia Regina Walter CRP-08/02054 – Conselheira Secretária
Psic. Anaídes Pimentel da Silva Orth CRP-08/01175
Psic. Maria Sezineide Cavalcante de Mélo CRP-08/03183
Psic. José Antônio Baltazar CRP-08/03359
Psic. Suzana Maria Borges CRP-08/01855
Psic. Amarílis de Fátima Wozniack Falat CRP-08/06610
Psic. Karin Odette Bruckheimer CRP-08/03984
Psic. Bruno Jardini Mäder CRP-08/13323
Psic. Carolina de Souza Walger CRP-08/11381
Psic. Guilherme Bertassoni Silva CRP-08/10536

CONSELHEIROS SUPLENTE:

Psic. Márcia Regina da Silva Santos CRP-08/03336
Psic. Ludiana Cardozo Rodrigues CRP-08/14941
Psic. Benedito Guilherme Falcão Farias CRP-08/04130
Psic. Fernanda Rossetto CRP-08/12857
Psic. Nicolau Steibel CRP-08/04726
Psic. Nelson Fernandes Júnior CRP-08/07298
Psic. Paula Matoski Buttore CRP-08/12879
Psic. Liliâne Casagrande Sabbag CRP-08/01407
Psic. Harumi Tateiva CRP-08/02512
Psic. Vera Regina Miranda CRP-08/01386
Psic. Andreia Simone Schaack Berger CRP-08/09933
Psic. Maria Sara de Lima Dias CRP-08/04400
Psic. Célia Regina Cortellete CRP-08/00457

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados obtidos na pesquisa Levantamento do Perfil Profissional e das Condições de Trabalho dos Psicólogos do Paraná – CRP08. Trata-se de uma pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná com o objetivo de caracterizar a prática profissional da psicologia no Estado. Esperamos que, com a descrição dos resultados obtidos nesta pesquisa, o planejamento das políticas públicas destinadas à profissão de psicólogo no Estado possam ser tomadas com maior clareza das características e condições de trabalho da população que irá usufruir de tais serviços. Dessa forma, o resultado será de decisões mais precisas e melhor embasadas visando à melhoria das condições reais de atuação do psicólogo.

Este relatório pode ser acessado no site do CRP-08 www.crppr.org.br

SUMÁRIO	Pg.
I – Introdução	6
II – Método	7
III – Área de abrangência	8
IV – Perfil demográfico	10
V – Formação acadêmica	13
VI – Atuação profissional	18
VII – Campos de trabalho e perspectivas teóricas	24
VIII – Características do trabalho	28
IX – Remuneração	33
X – Condições de trabalho	38
Referências	53
Apêndice Estatístico	55

DIRETORES RESPONSÁVEIS:

- João Baptista Fortes de Oliveira
- Rosangela Lopes de Camargo Cardoso
- Márcia Regina Walter

EQUIPE TÉCNICA

Ana Tereza Bittencourt Guimarães – Bioestatística

Carmen Regina Ribeiro – Socióloga

Leandro Carlos Donierski – Contador

Luca Vistuba – Estagiário de Psicologia

RDO e Totalize – Serviço de Informática

I - Introdução

Os Conselhos Regionais de Psicologia são autarquias de direito público com o objetivo de orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicólogo, zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão. Para isso precisam conhecer profundamente o trabalho do psicólogo, as suas características e suas tendências, bem como as condições de sua atuação, os desafios colocados, as dificuldades e potencialidades da prática profissional. É nessa perspectiva que o Conselho Regional de Psicologia do Paraná desenvolveu a Pesquisa “Perfil e Condições de Trabalho do Psicólogo no Paraná”. O resultado dessa pesquisa contribui para a formulação de políticas adequadas ao gerenciamento e fiscalização das condições de trabalho às quais a psicologia está sujeita como profissional.

A pesquisa teve como objetivo criar um perfil do psicólogo paranaense: sua formação acadêmica, atuação profissional, campos de trabalho, áreas do conhecimento, características do trabalho, remuneração e condições de trabalho. Para atingir tal objetivo foi realizada uma pesquisa de *survey* que será detalhada a seguir.

II - Método

A pesquisa de levantamento aconteceu por meio de um questionário criado especificamente e que contém perguntas abertas e fechadas. O questionário é composto por itens de identificação do perfil do profissional – sexo, idade, tempo de exercício profissional, área de atuação, formação profissional – e por questões relativas à formação acadêmica, atuação profissional, campos de trabalho e perspectivas teóricas, características do trabalho, remuneração e condições de trabalho. Apesar da maioria das perguntas serem fechadas, em geral foram deixadas alternativas abertas para contemplar possibilidades não incluídas entre as alternativas propostas. O questionário foi enviado via correio para a residência de todos os 10.371 profissionais que estavam inscritos no CRPPR em 23 de julho de 2009. O mesmo questionário foi disponibilizado no site do CRPPR, de forma que os profissionais da categoria tivessem a possibilidade de escolher o modo mais conveniente de preenchê-lo. Ao optar por preencher a versão eletrônica do questionário o psicólogo criava um código numérico individual e sigiloso que evitava a dupla entrada no banco de dados. Os questionários respondidos manualmente foram devolvidos pelos correios com porte pago e digitados no próprio CRP utilizando o mesmo sistema online disponibilizado aos profissionais.

Antes da sua aplicação em larga escala, o questionário foi submetido a um teste piloto com a aplicação de cerca de 100 exemplares. Na avaliação do teste foram observados os aspectos relativos ao entendimento das questões formuladas, pertinência das questões e das alternativas de respostas em função de condições diferenciadas de trabalho da categoria profissional bem como o grau de homogeneidade/heterogeneidade das respostas. A partir da análise do teste piloto o questionário sofreu pequenas readequações.

A divulgação da pesquisa e de seus objetivos aconteceu através da Revista Contato do CRPPR, de inserções no site do Conselho e no boletim eletrônico do CRPPR (Psico News), além do recebimento, em domicílio, de correspondência contendo o questionário e uma carta explicativa a cada um dos psicólogos inscritos.

Encerrado o prazo para envio dos questionários respondidos por correio ou internet – maio de 2010 – estes foram tabulados, formando um banco de dados. As perguntas que permitiam respostas abertas foram listadas e tiveram suas respostas codificadas pelo princípio de semelhança de conteúdo/significado para evitar a dispersão das informações devido à concentração de respostas em categorias como “outras”. Os dados foram dispostos em tabelas descritivas com a frequência absoluta e/ou percentual das categorias e em tabelas e quadros comparativos que serão apresentadas ao longo do texto. Tais dados foram avaliados por meio de estatística descritiva e inferencial utilizando-se testes de análise multivariada de correspondência (Hair, Anderson, Tatham, Black, 1998) separadamente para cada avaliação disposta nos resultados. O teste Qui-quadrado foi usado nas situações em que o conjunto de dados não cumpria as premissas exigidas pelo teste multivariado de correspondência. Para todas as análises estatísticas foi adotado um intervalo e confiança de 95%. Os testes estatísticos foram aplicados utilizando o programa XLSTAT2009.

III - Abrangência da Pesquisa

A maioria dos profissionais (66,7%) optou por responder a pesquisa em questionário impresso, com envio pelo correio para ser digitado no Conselho. No total, 2.167 psicólogos responderam o questionário, o que representa 21,9% dos inscritos no CRPPR. Tal proporção de respondentes é considerada alta para esse tipo de pesquisa (Cosby, 2003) o que permite alta confiabilidade na generalização dos dados obtidos na amostra pesquisada para a população de psicólogos do Paraná.

Considerando a divisão político-administrativa do Estado do Paraná, a divisão com maior representação absoluta é Curitiba e Região Metropolitana, responsável pela devolução de 47,35% dos questionários, e esta mesma região representa cerca de 20,4% do número total de psicólogos inscritos no CRPPR. Entretanto, ponderando a distribuição de respondentes em relação à distribuição de inscritos nas divisões político-administrativas do CRPPR verifica-se que as regiões mais representadas na pesquisa são o sudoeste, centro ocidental e centro-oeste, representando 37,6%, 37,1% e 33,7%, respectivamente. De outro lado, as regiões proporcionalmente menos representadas são o litoral, com 15,3% de respondentes em relação aos inscritos, Londrina com 19,5%, Curitiba com 20,4% e extremo oeste com 21,2%. Os psicólogos registrados no CRPPR com menor representação na pesquisa são aqueles que, apesar de estarem registrados na divisão 08 do sistema de conselhos, trabalham em outros estados da federação. A Tabela 1 apresentada a seguir dispõe as proporções obtidas de inscritos em cada região administrativa e a proporção de respondentes nas respectivas regiões.

A predominância relativa de respondentes no interior do estado faz com que haja características que não representam adequadamente as características dos psicólogos de Curitiba e região metropolitana. Entretanto o fato de que (a) 20% dos psicólogos da capital responderam à pesquisa e que (b) os respondentes dessa região representam quase a metade de todos os respondentes, minimizam os efeitos da desproporção indicada. As proporções mencionadas podem ser vistas na Figura 1.

Tabela 1 – Distribuição dos psicólogos, considerando o total de respondentes e o total de inscritos no Conselho Regional de Psicologia do Paraná

Regiões	Nº de inscritos *	Nº de respondentes	% de inscritos em relação ao total de psicólogos no CRPPR	% de respondentes em relação aos inscritos em cada região
Curitiba	5124	1044	51,9	20,4
Londrina	1261	247	12,8	19,6
Maringá	986	220	10,0	22,3
Cascavel	613	149	6,2	24,3
Extremo Oeste	326	69	3,3	21,2
Oeste	307	70	3,1	22,8
Campos Gerais	225	66	2,3	29,3
Sudoeste	205	77	2,1	37,6
Centro				
Ocidental	151	56	1,5	37,1
Sudeste	125	40	1,3	32,0
Noroeste	122	39	1,2	32,0
Centro-Oeste	101	34	1,0	33,7
Norte Pioneiro	96	27	1,0	28,1
Litoral	72	11	0,7	15,3
Outros Estados	162	18	1,6	11,1
Total	9876	2167	100,0	21,9

Nota: Dados retirados de relatório do sistema de cadastro do CRP referente a junho de 2009 (SISCAFW, 1997).

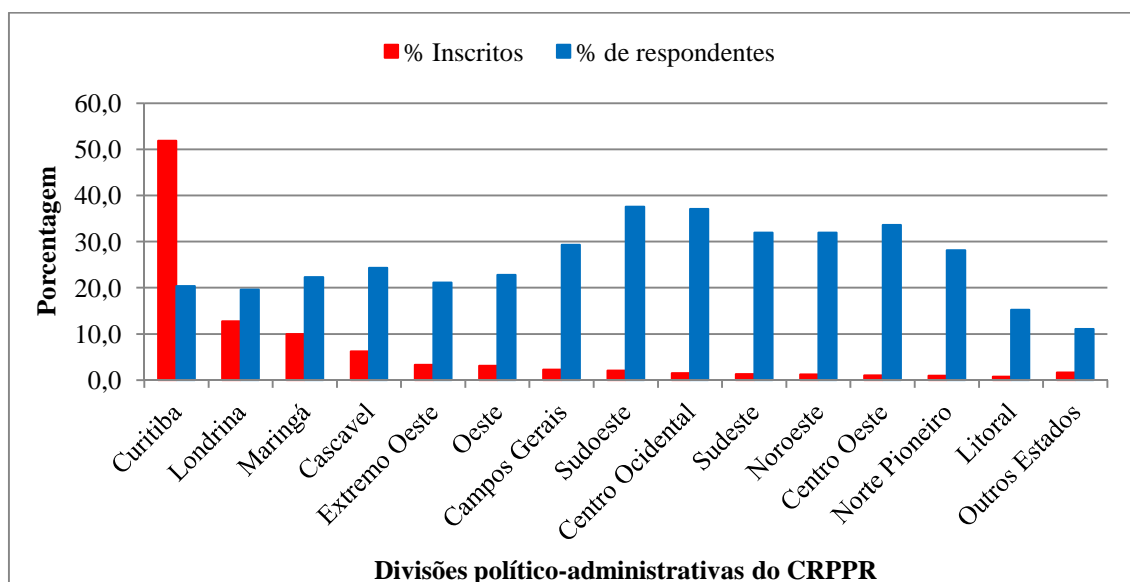


Figura 1: Porcentagem de psicólogos inscritos e respondentes por região em relação ao número total de inscritos e respondentes respectivamente.

IV - Perfil Demográfico

Ainda que eventuais diferenças sejam identificadas nas regiões político-administrativas do Paraná, os dados sugerem que a categoria profissional dos

psicólogos é composta principalmente por mulheres (88,6%) jovens até 29 anos (50%), brancas (87,5%), casadas ou em união estável (53%). Cada uma dessas características será mais bem descrita a seguir.

A constatação de que a psicologia é uma profissão eminentemente feminina no Paraná e no Brasil já foi feita em outro estudo e este continua sendo o padrão. Um levantamento similar realizado em âmbito nacional (Bastos, Gondin & Rodrigues, 2010) mostrou que 83,3% dos profissionais respondentes declaram ser do sexo feminino. No presente 88,6% dos respondentes foram mulheres.

Além de ser uma profissão majoritariamente feminina a psicologia é também uma profissão exercida principalmente por jovens, conforme mostra a Figura 2. A faixa etária de 25 a 29 anos é a que apresenta a maior concentração entre os respondentes. Somando este resultado com os respondentes com idade inferior a 25 anos, chega-se a 50% dos psicólogos. Esta distribuição está bem acima dos resultados obtidos por Bastos, Gondin e Rodrigues (2010), que encontraram uma proporção de 33,1% de profissionais com menos de 30 anos como característica da distribuição etária nacional da categoria. Uma hipótese explicativa para a predominância de profissionais jovens é o crescimento do número de cursos de graduação ocorrido nos últimos 10 anos. Maiores detalhes sobre a formação dos profissionais serão dadas em tópico posterior.

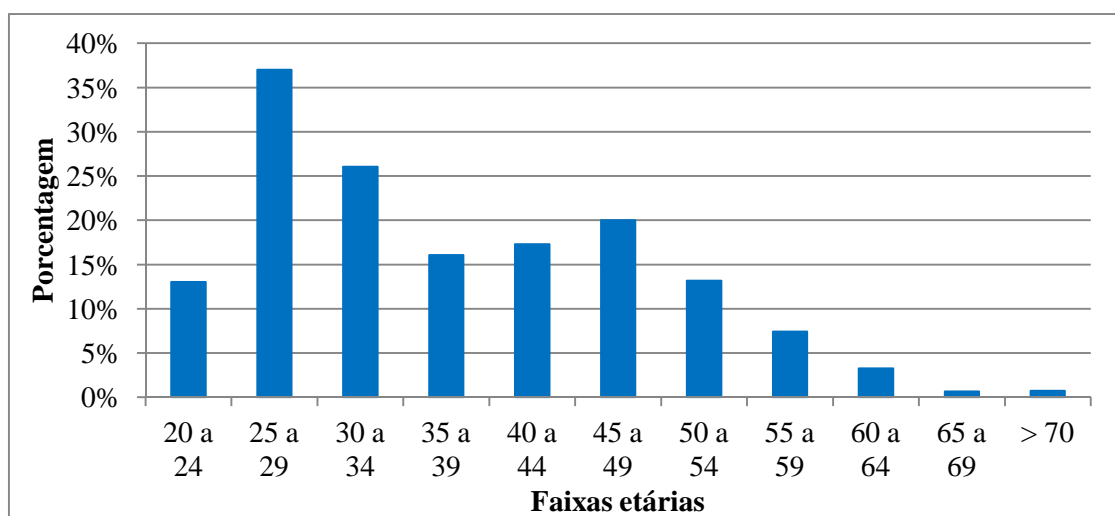


Figura 2: Distribuição percentual dos psicólogos em relação a faixa etária.

Apesar da participação preponderante de jovens entre os psicólogos, a maioria cita estar casada (45%) e somados àqueles que responderam viver em união estável (8%), compõem mais da metade dos respondentes. Os solteiros representam 35% dos pesquisados e os divorciados ou separados 9%.

A declaração de cor ou raça pelos psicólogos no Paraná difere da população total do estado e no país. De modo geral podemos dizer que entre os psicólogos há uma maior proporção de brancos e amarelos e menor proporção de pretos, pardos e indígenas (ver Tabela 2). Não se pode afirmar, contudo, que esta seja uma característica exclusiva da categoria profissional dos psicólogos. É mais provável que este dado reflita o conjunto dos profissionais de nível superior, uma vez que as barreiras sociais, econômicas e raciais tendem a impedir o acesso a esse nível de ensino para certas camadas

da população. Segundo o último censo do IBGE (2011) a população de pretos, pardos e indígenas é também a população com menor renda *per capita* do país.

Tabela 2: Comparação da distribuição de cores ou raças nos âmbitos nacional e estadual com os resultados obtidos na presente pesquisa.

Âmbito	Raça ou cor					Não resp.
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
Brasil	1,09%	47,73%	0,43%	43,13%	7,61%	*
Paraná	1,18%	70,31%	0,25%	25,09%	3,17%	*
Respondentes da pesquisa	3,14%	87,45%	0,09%	5,26%	0,92%	3,14%

Nota: Dados do Brasil e do Paraná retirados do IBGE (2011) referentes ao ano de 2010. * Valor desprezível.

A distribuição racial dos psicólogos do Paraná não é homogênea como pode ser verificado na Figura 3. Entre os psicólogos residentes em outros estados, a proporção de pardos é maior comparada à média do Paraná, enquanto no litoral a participação de pretos e pardos é igual e nas regiões de Umuarama e Guarapuava há um pequeno predomínio da população amarela. Nas regiões de União da Vitória, Norte Pioneiro, Campos Gerais e Sudoeste a proporção de brancos ultrapassa 90% dos respondentes.

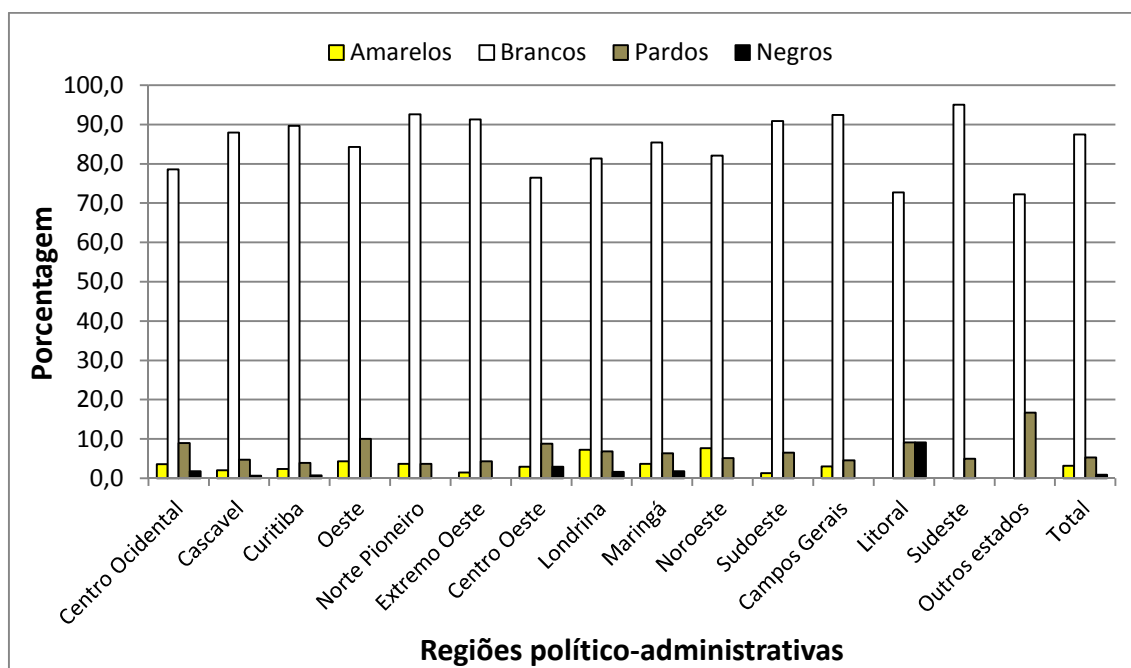


Figura 3: Proporção de cor declarada pelos psicólogos de acordo com a região de moradia.

A análise de correspondência entre cores ou raças e regiões do estado indica que relação estatisticamente significativa entre essas variáveis ($\chi^2=75,276$; $p=0,044$), de modo que a região de moradia parece explicar 67,94% da variação nas cores declaradas. Observamos nesta análise que a região Noroeste apresenta uma correspondência significativa com população amarela,

a região do litoral com a preta e as demais regiões com brancas e pardas. A população indígena não apresentou correspondência com nenhuma região do estado do Paraná pela baixa incidência de respondentes que se declararam indígenas.

Por fim, quando perguntados sobre terem ou não deficiências, 3,8% dos psicólogos responderam sim. A maioria apontou deficiência visual (63,4%), sendo que apenas um psicólogo declarou ser cego. Os demais avaliaram suas deficiências como moderadas ou leves, sejam elas deficiências motoras, visuais ou auditivas. A Figura 4 ilustra a distribuição dos psicólogos com necessidades especiais no CRPPR.

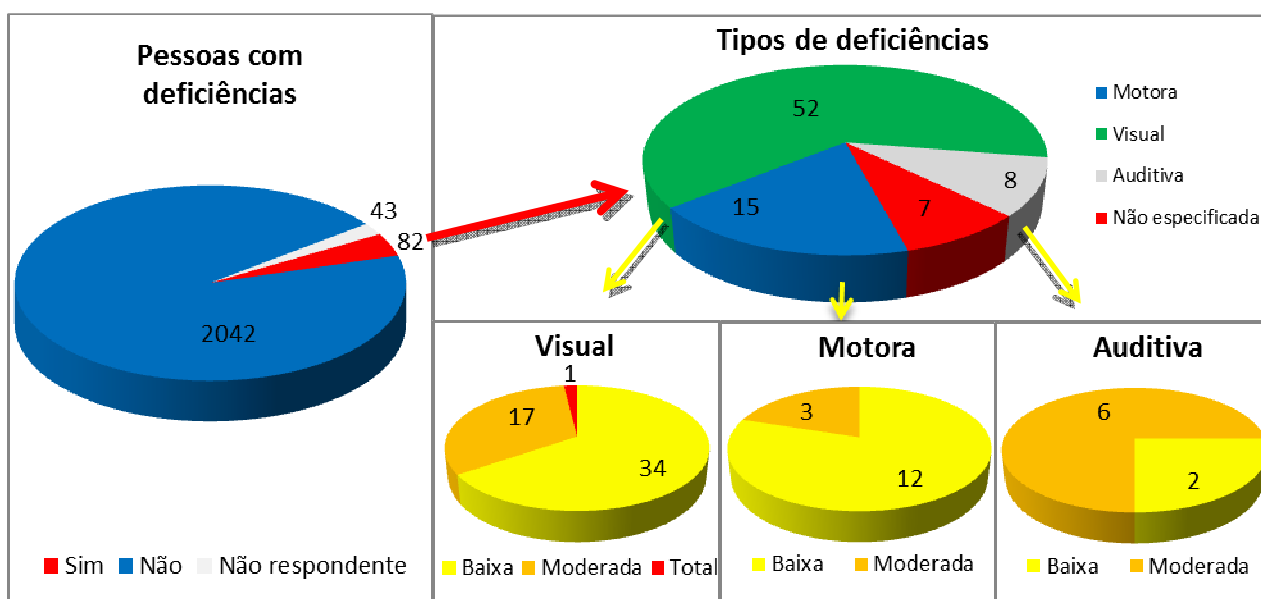


Figura 4: Proporção de respondentes que declararam possuir alguma necessidade especial, tipos de necessidades e grau de acometimento relacionado para as necessidades.

V - Formação Acadêmica

A graduação em psicologia no Estado do Paraná conta com grande participação de instituições de ensino privadas com 70% dos respondentes graduados nestas instituições (veja na Tabela 03). Este dado é próximo ao resultado nacional onde 89% dos psicólogos se graduaram em instituições particulares (Bastos, Gondin & Rodrigues, 2010).

Entre os principais centros formadores paranaenses estão a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) com 20% e 17,4%, respectivamente. Esta distribuição está provavelmente relacionada ao fato destas instituições possuírem o primeiro e o quarto cursos de psicologia mais antigos do Estado. Segue em ordem decrescente em termos de número de respondentes a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Paranaense (UNIPAR). Um total de 107 estabelecimentos de ensino superior foi citado pelos respondentes, demonstrando a diversidade de opções na área do ensino da psicologia. A maioria (83,9%) fez a graduação em instituições paranaenses, sendo que

apenas São Paulo e Santa Catarina apresentam contribuição relevante na formação dos psicólogos do Paraná com uma proporção de 4% dos formados em cada um destes estados vizinhos. Ao comparar esses resultados ao dado encontrado em Bastos, Gondin e Rodrigues (2010) de que o Estado do Paraná parece ter proporcionalmente mais psicólogos trabalhando que psicólogos formados em relação à distribuição nacional, podemos sugerir que nosso estado atrai psicólogos de outras regiões, principalmente de Santa Catarina e São Paulo. O número total de formados em instituições públicas e privadas e o número de graduados nas dez IES que mais formaram os psicólogos paranaenses e as proporções dessas categorias podem ser vistos na Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição dos cursos de psicologia de origem dos respondentes em instituições de ensino públicas e privadas.

Categoria	Frequência por categoria	Frequência relativa por categoria
IESs - Públicas	625	28,9%
Universidade Estadual de Maringá	185	8,5%
Universidade Federal do Paraná	182	8,4%
Universidade Estadual de Londrina	168	7,8%
IESs - Privadas	1509	69,6%
Universidade Tuiuti	432	19,9%
Pontifícia Universidade Católica	377	17,4%
Universidade Paranaense	150	6,9%
Centro Universitário Filadélfia	99	4,6%
Centro Universitário de Maringá	80	3,7%
Universidade do Contestado	42	1,9%
Faculdade Assis Gurgacz	30	1,4%
Não respondente	33	1,5%

Nota: Foram incluídas na tabela as dez principais instituições de ensino superior nas quais os respondentes se graduaram em psicologia. Estas estão separadas em instituições públicas e particulares.

A avaliação da relação entre as regiões político-administrativas do Estado e a formação em instituições de ensino públicas e privadas por meio da análise multivariada de correspondência, permitiu identificar a relação significativa entre essas variáveis ($\chi^2=315,015$; $p<0,0001$). A avaliação estatística sugere predominância de formação em instituições públicas nas regiões de Londrina e Maringá. Por outro lado, os respondentes das regiões de Cascavel, Curitiba, Oeste, Norte Pioneiro, Extremo Oeste, Centro-Oeste, Sudoeste, Litoral e Sudeste, se graduaram mais em instituições particulares. Não há predominância significativa no tipo de instituição formadora para os respondentes das regiões Centro Oriental, Noroeste e Campos Gerais.

O grande crescimento quantitativo da psicologia como campo profissional aconteceu na década de 2000, uma vez que 55,6% dos psicólogos que responderam ao questionário afirmam ter completado a graduação neste período. Esse padrão pode ser visto na Figura 5.

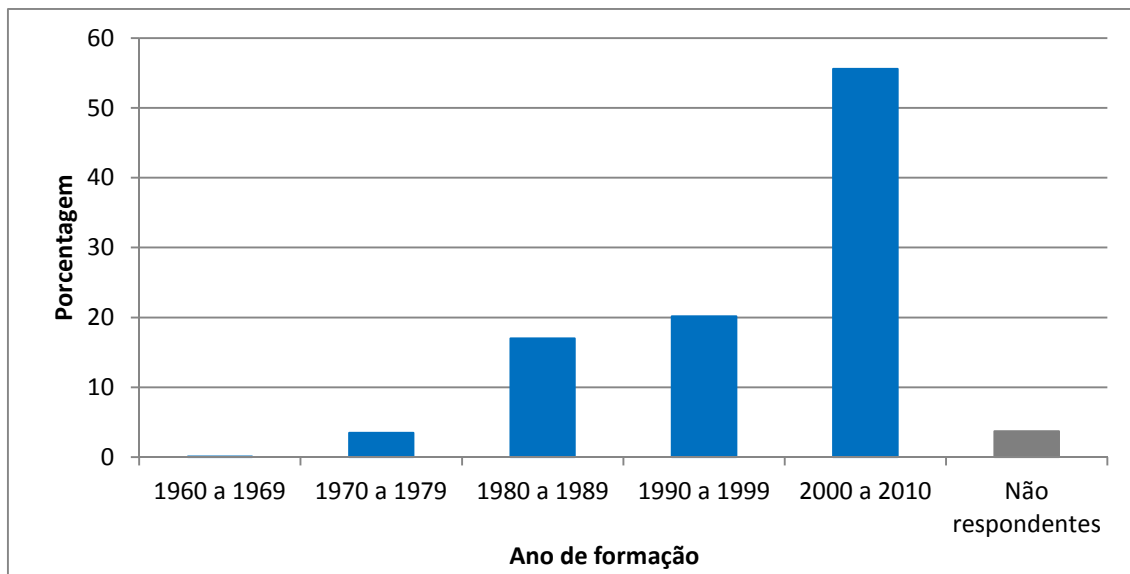


Figura 5: Distribuição percentual dos respondentes quanto ao ano de conclusão do curso de Psicologia.

A pesquisa realizada pelo CRPPR revelou também que os psicólogos buscam a continuidade da formação acadêmica, sendo que 76,7% afirmaram ter realizado pós-graduação, concentrando-se nos cursos de formação e de especialização. Essa proporção é maior que a média nacional que indica que 60,3% dos psicólogos cursaram ou estão cursando algum tipo de pós-graduação como indica a Tabela 4. Já a formação nos níveis *stricto sensu* é menos expressiva. Por outro lado, os respondentes que declararam ter feito cursos de pós-graduação *stricto sensu* estão abaixo que a média nacional.

Tabela 4: Comparativo das porcentagens de psicólogos que relataram ter realizado cursos de pós-graduação em âmbito nacional e estadual.

Âmbito	Especialização	Mestrado	Doutorado	Algum tipo de pós-graduação
CRPPR	74,0%	15,3%	3,5%	76,7%
CFP*	52,6%	19,4%	5,0%	60,3%

Nota: CFP significa Conselho Federal de Psicologia. Os dados dessa linha foram adaptados de Yamamoto, Souza, Silva e Zanelli (2010).

Comparando os resultados aqui obtidos com pesquisa semelhante realizada pelo CRP de Minas Gerais em parceria com a Fundacentro (Salim & Araújo, 2010), verificamos resultados próximos, com 73,3% dos psicólogos mineiros com pós-graduação, sendo 82,8% com cursos de especialização, 16% cursaram programas de mestrado e 0,9% cursaram programas de doutorado. Com os resultados da pesquisa aqui relatados percebemos que o Paraná repete o padrão de psicólogos buscando formação complementar em cursos de pós-graduação, em geral especialização.

A psicologia clínica, em suas várias abordagens, foi a área de maior concentração das atividades de formação dos psicólogos, com 76,2% dos profissionais em cursos de formação e 21,7% em cursos de especialização. A psicologia escolar/educacional e a organizacional/trabalho formam um segundo

grupo em termos de relevância nas escolhas dos psicólogos que participaram da pesquisa, seguidos pela psicologia hospitalar, psicologia social e psicopedagogia, tal como ilustra a Figura 6.

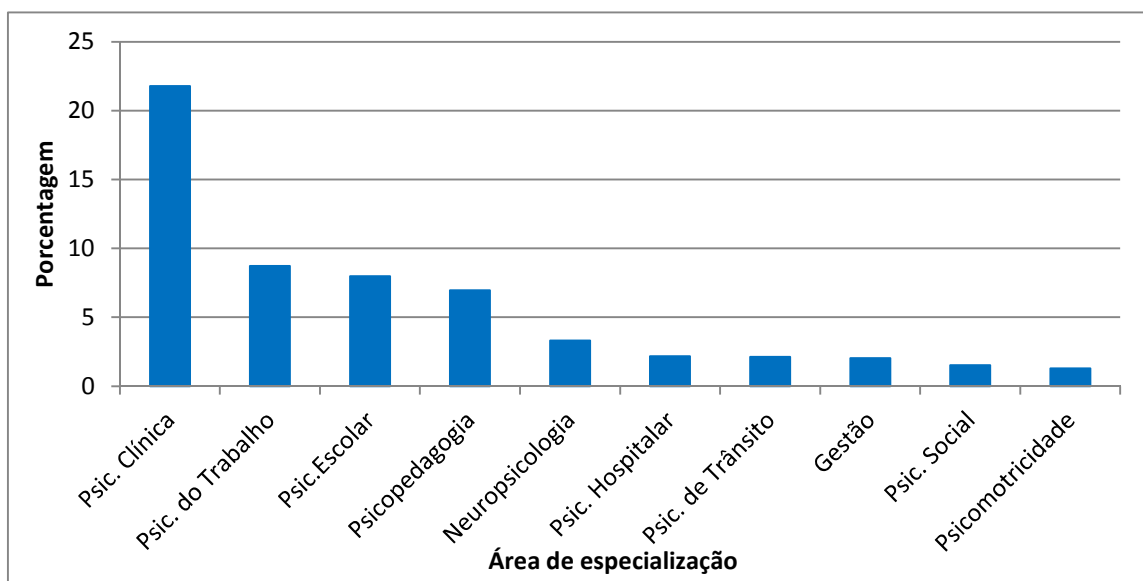


Figura 6: Frequência relativa das dez principais áreas dos cursos de especialização dentre os psicólogos respondentes. A porcentagem foi calculada tendo como parâmetro o total de respondentes na pesquisa.

Assim como os cursos de graduação as instituições privadas são as que oferecem a maioria dos cursos de especialização no Paraná. Coube ao Ministério da Educação o reconhecimento do título de especialista para 63% dos cursos realizados pelos respondentes, enquanto que o Conselho Federal de Psicologia aprovou 9% dos títulos. Daqueles que declararam ter cursado especializações, 28% não indicou a instituição responsável pela atribuição do título de especialista.

Diferente do que acontece com os cursos de especialização, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, as instituições públicas de ensino destacam-se como os principais estabelecimentos de formação. Quanto maior o grau de formação maior o peso das instituições públicas, como mostra a Figura 7. No nível de pós-doutorado, por exemplo, os cursos vinculados às instituições privadas de ensino representam menos de 20% entre os que responderam terem cursado ou estarem cursando este nível de ensino e pouco mais de 20% nos cursos de doutorado. Tais cursos exigem mais recursos, especialmente em recursos humanos, como também demandam mais tempo de dedicação do profissional, o que implica em maior investimento de recursos, condições que não atraem a iniciativa privada.

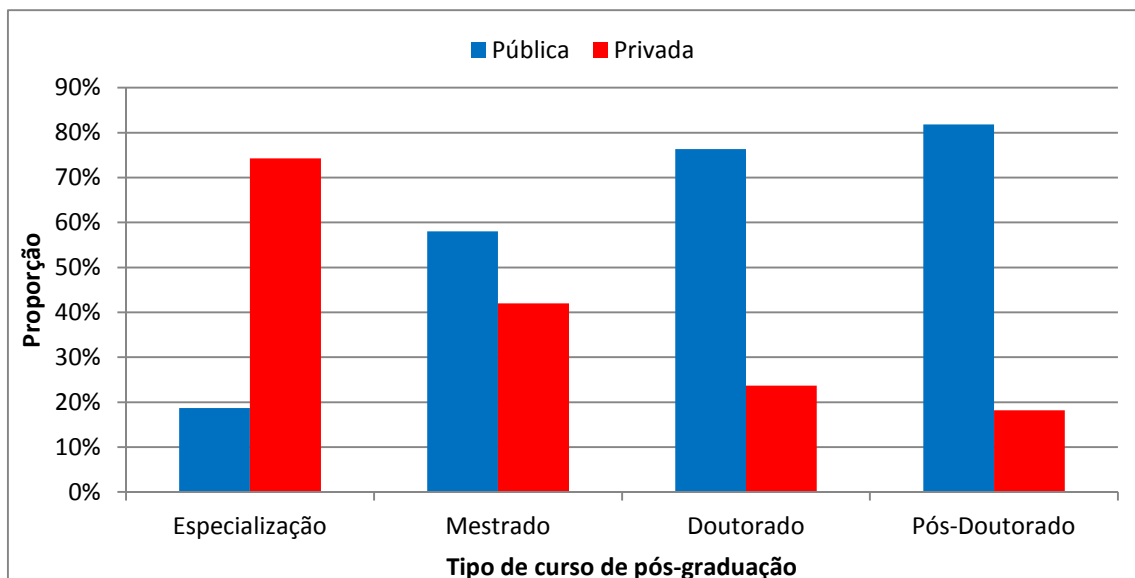


Figura 7: Dependência administrativa das instituições formadoras por tipo de cursos de pós-graduação.

O número de profissionais que obteve o título de mestre subiu rapidamente nas últimas décadas entre os psicólogos que atuam no Paraná. A maior aceleração no crescimento pode ser percebida nas décadas que marcam a passagem do século. O crescimento indicado é coerente com o crescimento do número de estudantes que obtém o diploma de psicólogo: havendo mais alunos formados aumenta-se a procura pela pós-graduação *stricto sensu*. O número de obtenções de títulos de mestre é quase o dobro do aumento verificado no número de graduados, o que permite sugerir maior interesse na formação em nível *stricto sensu*. Dentre outras variáveis, é provável que um ciclo de influências entre a expansão no sistema de pós-graduação *stricto sensu* no país (Neto, 2010) e a exigência de professores titulados para o número de cursos de psicologia cada vez maior, como verificado na Figura 8.

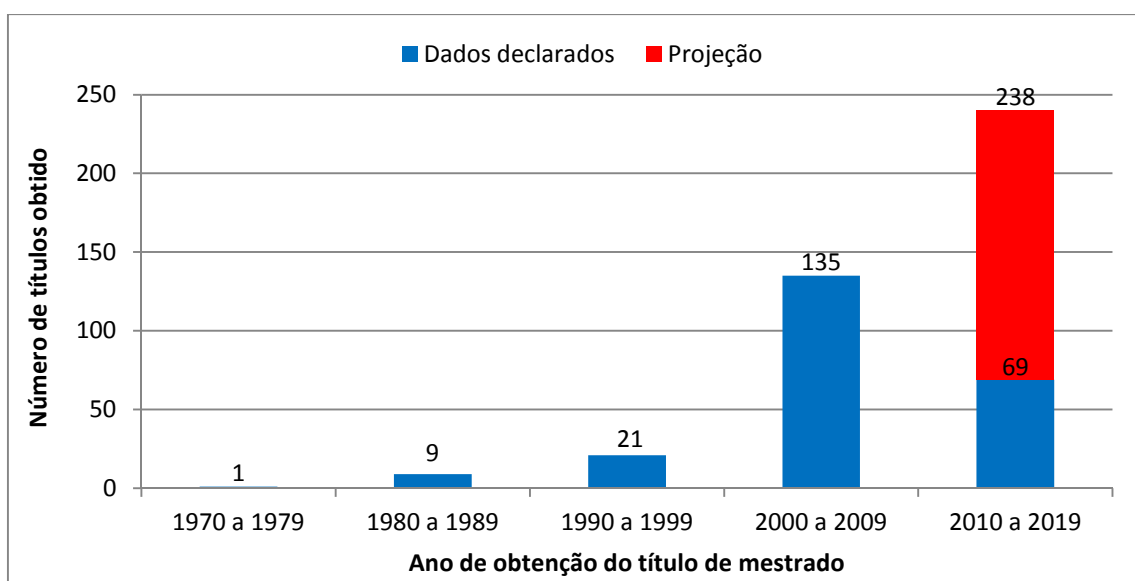


Figura 8: Frequência relativa do período de formação em mestrado

VI - ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Dentre os 2167 participantes desta pesquisa 151 (6,69%) declararam não trabalhar atualmente. A Tabela 5 mostra a distribuição dos motivos indicados pelos participantes para não exercerem a profissão.

Tabela 5 – Profissionais que não estão trabalhando de acordo com os motivos.

Motivos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Está desempregado	66	43,7%
Está só estudando	32	21,2%
Exerce atividades não remuneradas	24	15,9%
Está aposentado	14	9,3%
Outros	57	37,7%

Nota: Foi permitido aos respondentes indicarem mais de um motivo para não exercerem a profissão, mas a frequência relativa foi calculada sobre os 151 respondentes que declararam não trabalhar de modo que a soma das frequências relativas é maior do que 100%.

A taxa de desemprego declarado entre os profissionais da psicologia, considerando todos os respondentes é de 3%, bem abaixo dos índices de desemprego em relação ao total da população economicamente ativa no Estado (12,81% segundo IPARDES, 2011). Está também abaixo do registrado na pesquisa sobre o trabalho do psicólogo no Brasil, que apontou uma taxa de 5,2% no mesmo período (Heloani, Macêdo & Cassiolato, 2010).

Considerando apenas aqueles que afirmaram trabalhar no momento da realização da pesquisa, verificamos que a maioria (74%) atua no setor privado e, dentro desse setor, prevalecem os psicólogos que exercem atividade como autônomos, seguidos por aqueles que assumem a condição de empregados. No setor público atuam 40,6% dos profissionais, concentrados principalmente na esfera municipal. Um número significativo informou trabalhar em organizações do terceiro setor, correspondendo a 14,9% dos postos de trabalho, enquanto menos de 3% atua em outras áreas que não a psicologia (ver Tabela 6). Na pesquisa realizada pelo CRP de Minas Gerais (Salim & Araújo, 2010), a proporção de psicólogos vinculados ao setor público é de 30%, também concentrados na esfera municipal. O terceiro setor soma 10,41% dos respondentes em Minas Gerais, cabendo ao setor privado a maioria dos postos de trabalho, especialmente na condição de autônomos.

Aplicando-se a análise de correspondência entre os setores de trabalho dos psicólogos e as regiões onde atuam no Estado, foi possível verificar que houve correspondência significativa ($\chi^2=265,018$; $p<0,0001$), com 75,78% de explicação da variação dos dados. As regiões Centro Oriental, Oeste, Norte Pioneiro, Extremo Oeste, Noroeste, Sudoeste, Campos Gerais e litoral foram as que apresentaram maior correspondência com o trabalho público municipal. Cascavel e Curitiba são regiões onde se destacam os psicólogos que atuam no Terceiro Setor e como empresários e aqueles que residem fora do Estado correspondem à condição de bolsistas.

Aqueles que trabalham em outras áreas que não a psicologia (são 53) representam apenas 2,7% dos respondentes, proporção bastante inferior à

referida na pesquisa sobre o trabalho do psicólogo no Brasil (Heloani, Macêdo, Cassiloato, 2010) que apontou para a Região Sul, uma proporção de 8,9% sem atuar com psicologia.

Tabela 6 – Profissionais que estão trabalhando de acordo com o setor em que atuam.

Setores	Frequência absoluta	Frequência relativa
Subtotal setor público	773	40,6%
Público Federal	52	2,7%
Público Estadual	191	10,0%
Público Municipal	530	27,9%
Subtotal setor privado	1406	74,0%
Setor Privado como Empregado	418	22,0%
Setor Privado como Autônomo	862	45,3%
Setor Privado como Empresário	126	6,7%
Terceiro Setor	283	14,9%
Pesquisador/Bolsista	28	1,5%
Não exerce atividade em Psicologia	53	2,7%

Nota: Foi permitido aos participantes indicarem mais de um setor de trabalho caso tivessem mais de um emprego. Por isso a soma das frequências absolutas e das porcentagens apresentadas superam os 1948 respondentes que trabalham e a marca de 100%, respectivamente.

Tabela 7: Motivos declarados pelos psicólogos que não trabalham na área.

Motivos	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Afastado por motivo de saúde	9	20,9
Desempregado	14	32,6
Melhor remunerado em outra atividade	53	100,0
Falta de interesse em exercer a profissão	4	9,3
Aposentado	6	14,0
Falta de oportunidade	14	32,6
Está em desvio de função	9	20,9
Resposta prejudicada	15	34,9
Aguardando convocação em concurso	2	4,7
Licença maternidade	2	4,7
Atua em empresa familiar	2	4,7
Mercado saturado	3	7,0
Estudando	2	4,7

Capacitação insuficiente	3	7,0
Outro motivo	5	11,6
Total que não exerce a psicologia	n=53	

Nota: Os respondentes poderiam escolher mais do que uma justificativa para não trabalharem como psicólogos e por isso a soma das frequências relativas das justificativas ultrapassa a marca de 100%.

Os 53 psicólogos que afirmaram não atuar na área da Psicologia justificam que são melhor remunerados em outras áreas. A falta de oportunidades e o desemprego compõem o segundo motivo para não exercer a profissão de psicólogo conforme a Tabela 7.

Além dos 14 psicólogos que estão aposentados, outros 83 se declararam como tal, porém ainda exercem a profissão (Tabela 8). Quase todos os aposentados que se mantêm no mercado de trabalho declararam trabalhar por gostar muito do que fazem. Um pouco mais de 50% afirmaram precisar trabalhar para complementar a remuneração que recebem como aposentados. Proporção similar é encontrada entre os respondentes que dizem que continuam trabalhando para manter-se em atividade (ver Tabela 9). Cerca de 35% se aposentaram apenas de uma atividade, mantendo-se como profissionais ativos nas atividades em que ainda não completaram o tempo de exercício necessário para solicitar a aposentadoria.

Tabela 8: Psicólogos aposentados de acordo com a inserção ou não no mercado de trabalho.

Categoria	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sou aposentado e continuo trabalhando	83	85,6
Sou aposentado e não continuo a trabalhar	14	14,4
Total	97	100,0

Considerando o total dos respondentes que se encontram em atividade, os aposentados em pelo menos uma das atividades representam apenas 4% do total. No entanto este dado não permite generalização, uma vez que a pesquisa foi dirigida àqueles que estão vinculados ao Conselho Regional de Psicologia, sendo esperado que os profissionais que se aposentam definitivamente se desvinculem. A avaliação estatística por análise multivariada de correspondência sugere que não há relação entre a área de atuação e os motivos declarados para continuar trabalhando mesmo após se aposentar.

Tabela 9: Motivos que levam o psicólogo aposentado a continuar a trabalhar.

Motivos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Complementação de remuneração	46	55,4%
Para se manter em atividade	46	55,4%
Aposentei-me apenas de uma das atividades profissionais	30	36,1%
Porque gosto muito do que faço	82	98,8%

Outros motivos	4	4,8%
Total de aposentados que trabalham	n=83	

Entre os 1.948 psicólogos que declararam exercer uma ou mais atividades profissionais, 16% não responderam a questão 32, onde deveriam discriminar todos os vínculos de trabalho que possuíam. Considerando, então, apenas aqueles que responderam a esta questão, percebe-se que mais da metade dos psicólogos trabalha em apenas um emprego, mas parte considerável daqueles que responderam a essa questão (36,6%) têm mais do que um vínculo empregatício. A Tabela 10 mostra o número absoluto e o percentual dos participantes quanto ao número de empregos.

Tabela 10: Número de postos de trabalho declarados pelos psicólogos que afirmaram exercer atividade econômica.

Número de Empregos/trabalhos	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
1	1035	63,4
2	482	29,5
3	95	5,8
4	19	1,2
6	2	0,1
Não respondentes	315	16,2
Total	1948	100,0

Independentemente do número de trabalhos declarados constatamos que 60% dos psicólogos atuam apenas no setor privado e 24,3% exclusivamente no setor público. Aqueles que atuam nos dois setores (público e privado) representam 15,7% dos respondentes.

A Tabela 11 informa o número de psicólogos que declara desenvolver atividades laborativas em cada uma das categorias de tempo de trabalho semanal usadas na análise de dados. Mais de uma atividade laborativa pode trazer, como consequência, a sobrecarga de trabalho medida pelo tempo semanal dispensado. Considerando-se que 25,3% dos psicólogos declararam uma carga horária semanal de trabalho superior a 40 horas, ou seja, a oito horas diárias. Isto é preocupante ao considerar as características do trabalho da psicologia, normalmente vinculada a condições estressantes, ao sofrimento, à dor, e a conflitos, o que exigem muito do profissional em atenção, autocontrole, percepção e responsabilidade na condução de situações. Por outro lado, a mesma tabela mostra que 9% dos profissionais trabalham menos de 16 horas semanais.

Tabela 11: Carga horária de trabalho considerando todos os trabalhos declarados pelos psicólogos.

Faixas de horas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
1 a 5 horas	27	1,6
6 a 10 horas	71	4,3
11 a 15 horas	50	3,0

16 a 20 horas	170	10,4
21 a 25 horas	59	3,6
26 a 30 horas	178	10,9
31 a 35 horas	80	4,9
36 a 40 horas	547	33,5
41 a 45 horas	205	12,5
46 a 50 horas	110	6,7
Acima de 50 horas	100	6,1
Não respondente	36	2,3
Total de respondentes	1633	100,0

Considerando o total de postos de trabalho declarados pelos respondentes chega-se a 2.348, numa média de 1,4 atividades laborativas remuneradas por psicólogo. Os autônomos representam 43,1% entre os respondentes, constituindo o principal vínculo declarado. Segue-se, em ordem de importância quantitativa os psicólogos contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com 26,6% e os regidos por Estatuto, compondo 18,4% (ver Tabela 12).

Tabela 12: Distribuição percentual dos tipo de vínculo de trabalho em cada região.

Regiões	Vínculo de trabalho					Total
	Autônomo	CLT	Estatutário	Outros	C. Comis.	
Centro Ocidental	38,2	25,5	27,3*	5,5	3,6	100
Cascavel	40,4	26,9*	22,2	9,9	0,6	100
Curitiba	49,4*	24,7	14,6	9,3	2,0	100
Oeste	36,2	27,5	23,2	7,2	5,8	100
Norte Pioneiro	31,9	48,9	12,8	6,4	0,0	100
Extremo Oeste	24,7	25,9	28,2	16,5	4,7	100
Centro Oeste	31,0	21,4	23,8	21,4*	2,4	100
Londrina	43,2	31,5	15,8	8,2	1,4	100
Maringá	39,3	26,5*	24,2	7,8	2,3	100
Noroeste	25,5	27,7	38,3	6,4	2,1	100
Sudoeste	28,2	32,9	17,6	14,1*	7,1	100
Campos Gerais	32,1	28,6	23,8	10,7	4,8	100
Litoral	33,3	33,3	33,3	0,0	0,0	100
Sudeste	46,5	18,6	18,6	11,6*	4,7	100
Outros Estados	50,0*	35,7	7,1	0,0	7,1	100
Total	42,9	26,9	18,3	9,5	2,4	100

Nota: A categoria "C. Comiss." se refere aos profissionais que exercem cargos comissionados. Valores marcados com * indicam correspondência estatística significativa com $p < 0,0001$.

Ao analisar estes mesmos dados em cada uma das regiões percebemos algumas diferenças importantes observadas na Tabela 12. A análise estatística de correspondência em relação à associação entre os vínculos de trabalho e as regiões do estado do Paraná mostra que há correspondência significativa entre

essas variáveis ($\chi^2=128,956$; $p<0,0001$), sugerindo que 73,55% da variação nos dados pode ser explicada por essa interação.

Como era de se esperar, considerando o perfil demográfico dos psicólogos do Paraná, bem como o tempo de formado da maioria daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, a maior parte dos profissionais exerce a profissão há menos de cinco anos, como demonstra a Figura 9. O pouco tempo de atuação profissional pode também ser verificado pela participação importante daqueles com menos de um ano de trabalho, indicando que a cada ano um significativo contingente de novos profissionais entra no mercado de trabalho.

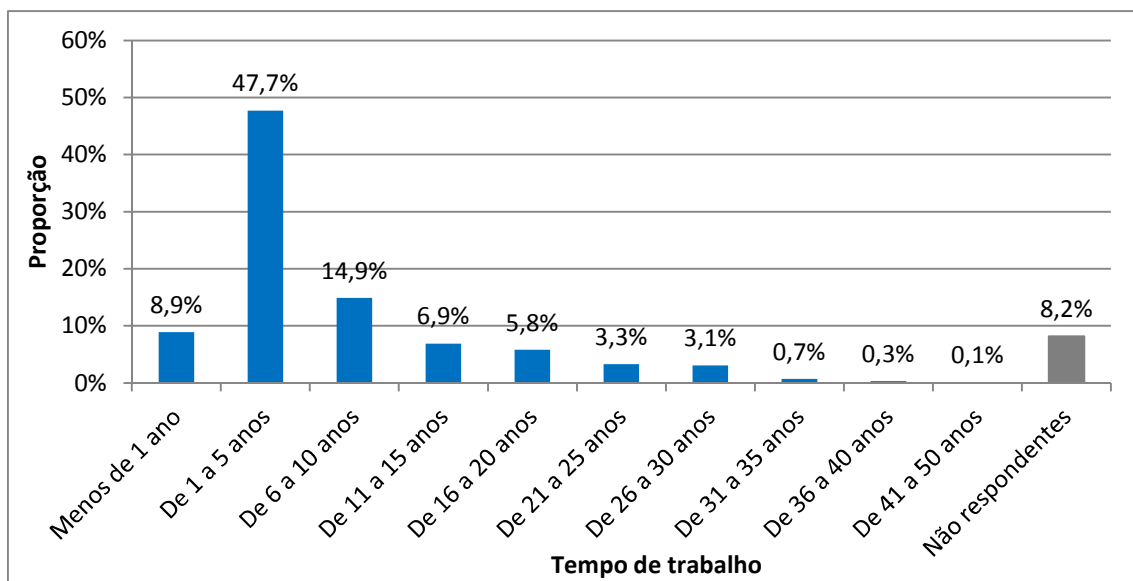


Figura 9: Tempo de atuação profissional considerando todos os trabalhos declarados pelos psicólogos.

O tempo de trabalho na psicologia, considerando os setores onde os profissionais atuam, não apresenta variações estatisticamente significativas.

VII - CAMPOS DE TRABALHO E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A pesquisa realizada no Paraná, objeto desta análise, dedicou atenção à identificação dos campos de trabalho onde os psicólogos atuam, para descobrir quais áreas possuem maior atração e abertura real de possibilidades de inserção no mercado de trabalho. De maneira geral, observamos a manutenção da predominância da análise/psicoterapia como o principal campo de atuação da psicologia. Os critérios usados para esta definição podem ser observados na Tabela A07 no apêndice estatístico. Conforme mostra a Figura 10, perto de 60% dos respondentes afirmam atuar nesta área. A segunda e terceira áreas de atuação são a psicologia educacional ou escolar e a psicologia organizacional ou do trabalho com 16,2% e 15,9% dos respondentes atuando, respectivamente. Esta distribuição coincide com os dados referentes à formação dos psicólogos, especialmente em relação aos cursos de especialização. Posição semelhante se verifica na pesquisa realizada pelo CRP/MG (Salim & Araújo, 2010) na qual houve maior incidência de atuação com análise/psicoterapia, seguida pela psicologia organizacional, saúde pública, docência do ensino superior e educacional/escolar. Resultado similar pode também ser encontrado em âmbito nacional onde 53,74% dos psicólogos atuam (exclusivamente ou não) na área clínica (Gondin, Bastos & Peixoto, 2010). Tendo esses dados como base é possível afirmar que a psicologia ainda é uma profissão eminentemente clínica e áreas alternativas de atuação são pouco exploradas pelos profissionais. Ainda que não seja possível avaliar a proporção da influência da formação nessa característica da profissão por meio do método empregado na pesquisa, os dados aqui apresentados levam a questionar se a graduação em psicologia é de fato um curso que proporciona formação generalista, tal como preconizam as diretrizes do Ministério da Educação.

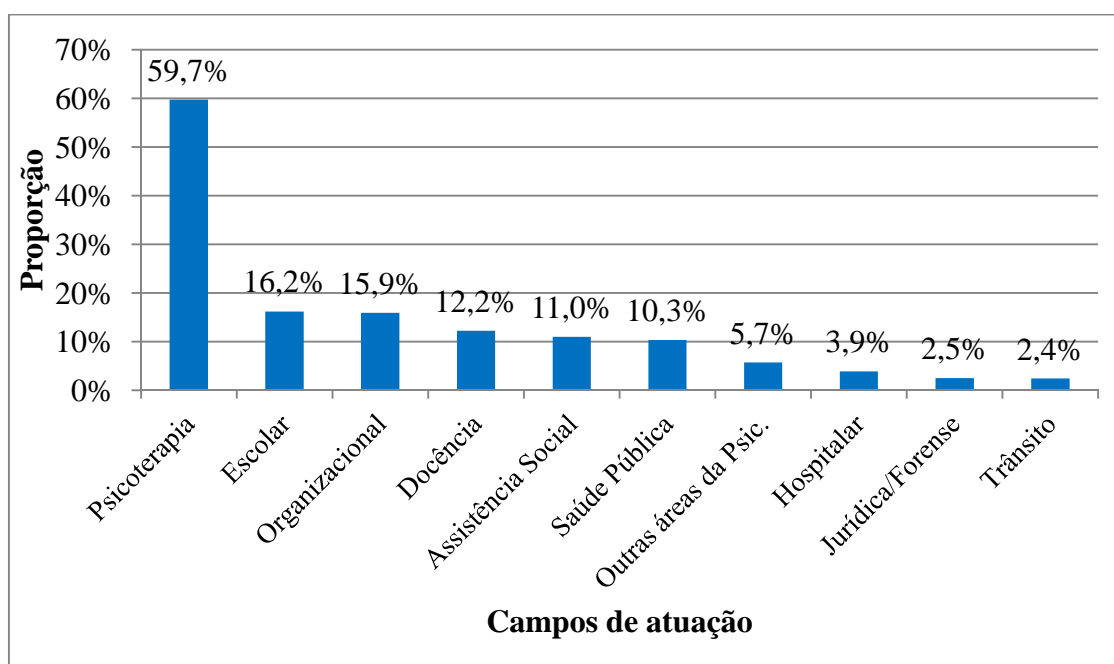


Figura 10: Campos principais de atuação dos psicólogos.

Como previsto, a partir das características dos campos de atuação do psicólogo, a Tabela 13 mostra que a análise/clínica e a neuropsicologia são desenvolvidas como trabalho autônomo. Campos de atuação tradicionalmente desempenhados por instituições governamentais como a psicologia da saúde e a assistência social são exercidas majoritariamente por profissionais sob regime estatutário. Por outro lado, a docência no ensino superior, psicologia organizacional e do trabalho e a psicologia hospitalar têm sua prática exercida principalmente sob regime da CLT. A relação entre essas variáveis é indicada pelas avaliações estatísticas de correspondência multivariada explicando 92,64% da variação nos dados ($\chi^2=1324,470$; $p<0,0001$). Os demais campos de atuação não apresentaram correspondência estatisticamente significativa com os diferentes vínculos de trabalho.

Tabela 13: Distribuição percentual dos campos de atuação de acordo com o vínculo de trabalho dos psicólogos.

Campos de atuação	Autônomo	Estatutário	CLT	Cargo	
				Comissionado	Outros
Análise / Psicoterapia	81,7*	7,5	9,3	0,9	0,5
Docência (ensino médio)	35,5	16,1	38,7	3,2	6,5
Docência (ensino superior)	20,3	12,2	65,1*	0,6	1,7
Educacional / Escolar	15,6	36,0	42,2	5,8	0,4
Esporte	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0
Hospitalar	22,6	15,1	52,8*	3,8	5,7
Jurídico / Criminal / Forense	5,3	68,4	18,4	5,3	2,6
Neuropsicologia	71,4*	14,3	0,0	0,0	14,3
Psicomotricidade	57,1	0,0	42,9	0,0	0,0
Saúde Pública	9,0	54,8*	30,3	3,9	1,9
Trabalho / Organizacional	26,5	7,0	63,0*	1,7	1,7
Trânsito	51,5	6,1	36,4	6,1	0,0
Assistência Social	5,7	55,4*	29,3	8,9	0,6
Outras áreas da Psicologia	38,4	27,4	31,5	1,4	1,4
Outras áreas fora da Psicologia	43,3	20,0	28,3	3,3	5,0

Nota: As porcentagens marcadas com * são aquelas que indicam as variáveis que apresentam correspondência estatisticamente significativa com probabilidade de H_0 ser verdadeira menor que 0,0001.

Verificamos também correspondência significativa ($\chi^2=544,668$; $p<0,0001$) entre os campos de atuação e as regiões do estado do Paraná. A relação entre essas variáveis parece ser capaz de explicar 65,42% da variação nos dados. Para facilitar a compreensão a Tabela 14 abaixo indica as relações estatisticamente relevantes encontradas.

O levantamento sobre as perspectivas teóricas dentro da psicologia mais utilizadas pelos psicólogos em sua atividade profissional apontou a psicanálise

como a perspectiva teórica mais utilizada. A psicologia comportamental ocupa o segundo lugar, seguida pela psicologia sistêmica e pela psicologia cognitiva (ver Tabela 15). Ainda assim não há diferenças significativas entre as perspectivas teóricas declaradas pelos psicólogos que atuam no setor público e no privado, ou mesmo como bolsistas.

Tabela 14: Análise de correspondência entre campos de atuação e regiões onde trabalham

Campos de atuação	Regiões
Análise / Psicoterapia	Londrina e Maringá
Docência (ensino médio)	Outros Estados
Docência (ensino superior)	Noroeste
Educacional / Escolar	Sudeste
Esporte	Sudeste
Hospitalar	x
Jurídico / Criminal / Forense	Campos Gerais
Neuropsicologia	x
Psicomotricidade	x
Saúde Pública	x
Trabalho / Organizacional	Sudeste
Trânsito	Centro Oeste
Assistência Social	Cascavel, Extremo Oeste e Sudoeste
Outras áreas da Psicologia	Norte Pioneiro
Outras áreas fora da Psicologia	Campos Gerais

Nota: o sinal "x" indica que não houve correspondência estatisticamente significativa com nenhuma região político-administrativa do Estado.

No entanto, ao analisar os mesmos dados considerando a distribuição proporcional das perspectivas teóricas citadas pelos psicólogos em relação aos setores e vínculos onde se inscrevem, verificamos algumas diferenças. A Logoterapia, por exemplo, a perspectiva menos referida pelos psicólogos, é exercida principalmente no setor privado. A Psicomotricidade, também com menor volume de indicação, tem uma distribuição desproporcional concentrada no setor público, o que também ocorre com a Psicologia existencial e a Psicopedagogia. Porém não chegam a suplantar a predominância da Psicanálise, da Psicologia comportamental, da Psicologia sistêmica e da Psicologia cognitiva em nenhum dos vínculos de trabalho, não alterando assim a análise inicial sobre a preponderância das perspectivas teóricas mais citadas. A pesquisa de Gondin, Bastos e Peixoto (2010) também abordou essa característica. Apesar de apresentar algumas diferenças esta pesquisa apontou a prevalência da abordagem Psicanalítica entre os psicólogos brasileiros, seguida pela Psicologia humanista, pela Psicologia comportamental e pela Psicologia existencialista. A Psicologia cognitiva surgiu como a quinta mais utilizada em âmbito nacional. Essas diferenças sugerem que no Paraná a Psicologia comportamental e, especialmente a Psicologia sistêmica, são mais praticadas quando comparadas com o âmbito nacional.

Tabela 15: Distribuição percentual dos vínculos de trabalho para cada perspectiva teórica.

Perspectiva teórica	Setor Público			Setor Privado			3º Setor	Bolsista	Total
	Fed.	Est.	Mun.	Empreg	Auton	Empres			
Psicanálise	30,0	19,4	19,0	17,6	19,0	13,6	18,5	26,1	18,8
Comportamental	10,0	15,2	14,0	19,4	13,7	16,9	15,5	10,9	15,0
Sistêmica	11,3	11,6	14,4	12,3	14,0	13,2	13,4	10,9	13,5
Cognitiva	10,0	11,1	9,9	10,6	11,9	12,3	11,6	10,9	11,1
Psicopedagogia	1,3	4,7	10,4	6,0	5,6	6,6	6,3	0,0	7,1
Neuropsicologia	8,8	5,4	5,5	4,2	5,0	5,3	4,9	4,3	5,1
Analítica	6,3	3,6	3,8	4,6	6,3	2,9	5,3	4,3	4,9
Outra	8,8	9,8	4,6	3,8	3,2	6,6	3,6	6,6	4,4
Psicodrama	2,5	5,2	2,9	5,2	3,9	4,5	4,2	2,2	3,9
Gestalt	0,0	3,4	3,3	3,6	4,5	3,7	4,0	4,3	3,7
Centrada na Pessoa	2,5	2,6	2,4	3,6	3,2	3,6	3,3	4,3	3,0
Existencialista	3,8	3,1	3,7	3,0	2,5	2,5	2,5	4,3	2,9
Corporal	2,5	1,0	1,7	3,2	3,7	3,3	3,2	6,5	2,7
Psicomotricidade	1,3	3,1	3,7	1,5	2,1	2,9	2,2	2,2	2,6
Logoterapia	1,3	0,8	0,7	1,4	1,4	2,1	1,5	2,2	1,3

VIII – CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DO PSICÓLOGO

Neste ítem procuramos avaliar as semelhanças e diferenças que podem existir entre o trabalho do psicólogo que esteja vinculado ao setor privado ou ao setor público. Utilizando a tabela de contingência e analisados os dados com o teste de Qui Quadrado, pudemos perceber diferença significativa em relação ao público atendido pelo setor privado e pelo setor público ($p=0,036$). A Tabela 16 mostra em percentuais as proporções de psicólogos que atendem às diferentes populações.

Tabela 16: Proporção percentual de psicólogos que atendem às diferentes populações nos setores público e privado.

Público Alvo	Setor Privado	Setor Público
	(n=1196)	(n=752)
Crianças	32,4	49,1
Adolescentes	41,1	48,3
Adultos	64,1	49,7
Idosos	13,9	20,2
Comunidade	7,6	25,0
Instituição/Organização	17,7	14,2
Indiscriminado	3,7	5,5
Outro	4,1	7,3

Nota: Há diferença estatisticamente significativa entre os públicos atendidos no setor público e privado ($p=0,036$)

Aplicando o mesmo tipo de análise estatística não encontramos diferença estatisticamente significativa nas modalidades de atendimento para os setores público e privado ($p=0,06$). O atendimento individual se mostrou o mais frequente em ambos os setores seguido do atendimento em grupo e do atendimento familiar (ver Tabela 17).

Tabela 17: Distribuição percentual das modalidades de atendimento declaradas pelos psicólogos dos setores público e privado.

Modalidade	Setor Privado	Setor Público
	(n=1254)	(n=752)
Individual	67,1	66,9
Casal	18,4	11,7
Familiar	22,2	31,5
Grupo	31,4	48,4
Comunidade	7,3	21,8
Outras	7,9	8,8

Nota: Foi permitido aos respondentes escolher mais de uma modalidade de atendimento e por isso os percentuais apresentados para cada setor ultrapassam a marca de 100%.

A ocorrência de atividades exclusivas do psicólogo exercidas por outros profissionais foi indicada por 10,9% dos psicólogos que trabalham no setor privado e por 8,4% dos psicólogos no setor público (ver Figura 11). A Tabela 18 mostra que entre os profissionais mais citados como aqueles que assumem atividades que os psicólogos consideram próprias da categoria, estão os assistentes sociais e os pedagogos no setor público tal como os médicos e administradores no setor privado.

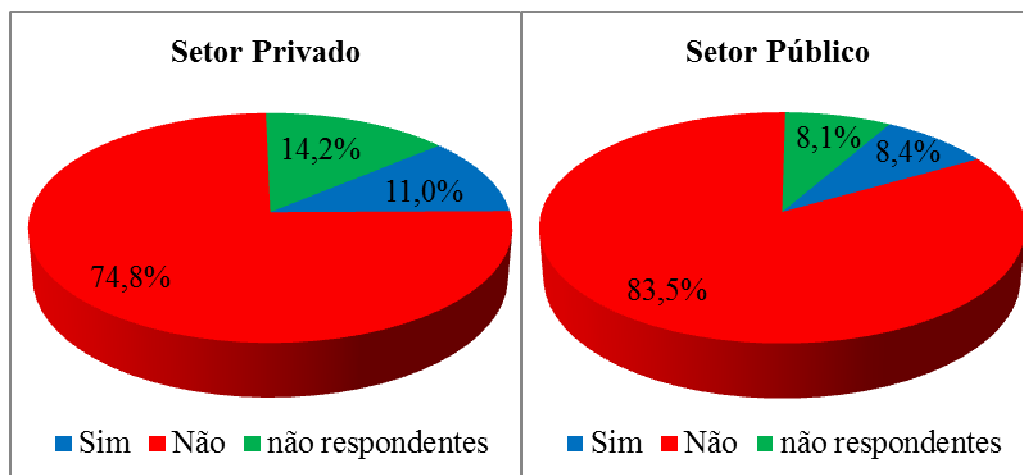


Figura 11: Proporção de psicólogos dos setores público e privado que declaram que atividades exclusivas do psicólogo são exercidas por outros profissionais.

Tabela 18: Distribuição percentual dos profissionais indicados pelos psicólogos exercendo atividades exclusivas da profissão.

Profissional	Setor Privado	Setor Público
Assistente social	6,7	44,4
Médico	5,2	3,2
Administrador / contador	3,7	0
Analista de recursos humanos	3,7	1,6
Pedagogo	3	22,2
Psicopedagogo	3	3,2
Auxiliares administrativos, de informática, recepcionista	2,2	3,2
Docentes	2,2	3,2
Enfermeiros e auxiliar de enfermagem	1,5	4,8
Pastor / capelão	1,5	0
Engenheiros	0,8	0
Musicoterapeuta	0,8	0
Parapsicólogo	0,8	0
Terapeuta ocupacional	0,8	3,2
Fonoaudiólogo	0,8	1,6
Professor de educação física	0,8	0
Educador	0	3,2
Sociólogo	0	1,6
Estagiários	0	1,6

Não identificado 32,1 22,2

Nota: Os percentuais apresentados tem como base o número total de respondentes que declarou haver profissionais exercendo funções exclusivas de psicólogos. Os psicólogos poderiam indicar mais de um profissional exercendo as funções e por isso a soma das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Entre as atividades listadas pelos psicólogos como próprias da psicologia e exercidas por outros profissionais, destaque para as atividades de psicoterapia/clínica, apontadas principalmente pelos profissionais do setor privado. No setor público são apontadas a coordenação de grupos e a avaliação psicológica, seguidas pelo aconselhamento emocional e pela realização de entrevistas. Para nenhuma dessas atividades (exceto avaliações psicológicas que utilizem de testes – Conselho Federal de Psicologia, 2003) há legislação específica que impeça outros profissionais de exercerem as referidas atividades.

Tabela 19: Distribuição percentual das atividades declaradas como exercidas por profissionais de outras áreas.

Categoria	Setor Privado (n=134)	Setor Público (n=63)
Coordenação de grupos	3,7	15,9
Avaliação psicológica/psicodiagnóstico	3,0	15,9
Entrevistas	6,0	6,3
Psicoterapia/clínica	22,4	12,7
Docência de Ensino Superior/magistério	2,2	1,6
Psicologia do Trabalho	12,7	6,3
Laudo Psicológico	0,0	3,2
Aconselhamento emocional	1,5	12,7
Outros	11,2	19,0
Não identificado	8,2	23,8

Nota: A categoria “não identificado” se refere às respostas que não puderam ser categorizadas por motivos diversos

Observamos padrão semelhante em relação aos psicólogos que estão em desvio de função. Verificamos que 13,6% dos psicólogos que atuam no setor público e 7,8% do setor privado afirmam exercer atividades que não são próprias da psicologia.

O exercício de funções de caráter administrativo é o principal tipo de atividade caracterizada como desvio de função que os psicólogos desempenham. A análise social e o preenchimento do Cadastro Único, atividades específicas do Sistema Único da Assistência Social, são aquelas caracterizadas como desvio de função no setor público. Tais padrões podem ser vistos na Tabela 20.

Foi possível verificar que há correspondência significativa entre o desvio de função dos profissionais psicólogos em seus respectivos setores nas diferentes regiões do estado do Paraná ($\chi^2=204,510$; $p<0,0001$), com 81,53% de explicação da variação dos dados. Observamos que o desvio de função

corresponde a psicólogos empresários que residem fora do Estado; com profissionais empregados e da rede Federal da região de Curitiba, autônomos e profissionais da rede Estadual da região Maringá e psicólogos que trabalham na rede municipal das regiões oeste, norte pioneiro, noroeste e litoral. Outros desvios de função não apresentam correspondência estatística com nenhuma região político-administrativa do estado.

Apenas 12,1% dos psicólogos do setor privado e 5,2% dos psicólogos do setor público declararam exercer cargo de gestor. A função mais indicada entre os respondentes é a de técnico tanto no setor privado como no setor público (19,9% e 63,4% respectivamente). A maioria dos respondentes, entretanto, declarou outras funções ou entendeu que essa pergunta não se aplicava à sua prática profissional.

Tabela 20: Atividades exercidas pelos psicólogos que caracterizam desvio de função.

Atividades	Setor Privado n=191	Setor Público n=102
Funções Administrativas	47,7	28,0
Análise estatística	2,3	0,0
Análise social/ cadastro único	1,2	10,8
Assistência Social	4,7	8,6
Atividades Comerciais	4,7	1,1
Funções auxiliares	5,8	11,8
Coaching	2,3	0,0
Atividades clínicas não reconhecidas	1,2	0,0
Funções pedagógicas/docência	9,3	6,5
Visitas domiciliares	0,0	5,4
Concessão de benefícios	1,2	7,5
Enfermeiro	1,2	1,1
Outras	12,8	8,6
Não identificada	10,5	18,3

Nota: A categoria "funções auxiliares" se refere a atividades de motorista, carregador, secretária, professora, limpeza ou recepção. A categoria "não identificada" se refere às respostas que não puderam ser categorizadas por motivos diversos.

Os psicólogos com atuação no setor público se destacam em relação aos demais pelo maior envolvimento com as instâncias de controle social das políticas públicas. Esta afirmação está expressa na declaração de 22,9% dos respondentes que afirmam participar de Conselhos de Políticas públicas, conforme a Figura 12. Entre os psicólogos do setor público a maior participação está nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e, secundariamente, nos Conselhos Municipais da Assistência Social, enquanto que os profissionais do setor privado atuam com maior destaque junto aos Conselhos Municipais da Assistência Social. É interessante notar que, em alguns tipos de conselhos, apenas os psicólogos do setor privado participam, como nos Conselhos Municipais de Trânsito (ver Tabela A10).

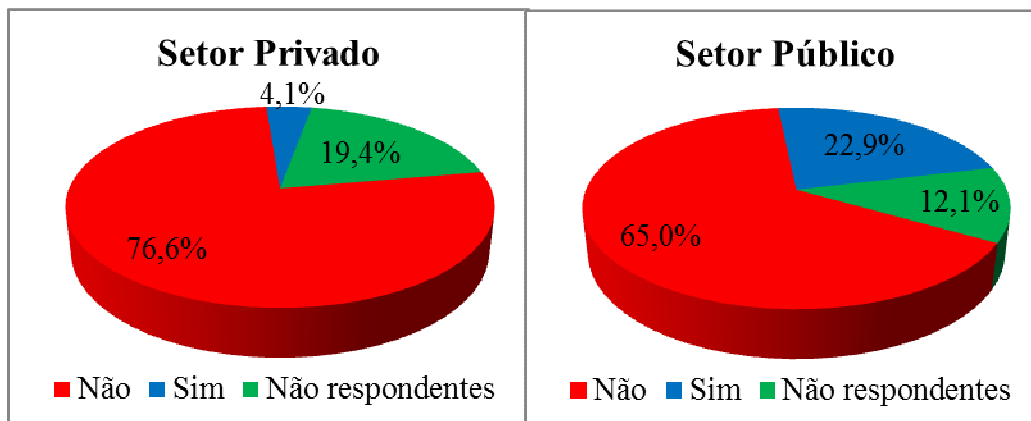


Figura 12: Distribuição percentual de respondentes que participam de instâncias de controle social nos setores público e privado.

A Tabela 21 mostra a distribuição dos setores representados pelos psicólogos nos conselhos que envolvem representação social. Dentre os respondentes dessa questão, a maioria afirma representar as Instituições Governamentais (23,8%) às quais estão vinculados. Na condição de representantes de trabalhadores nesses conselhos participam 15,1% dos psicólogos com atuação no setor. Entre os psicólogos do setor privado que participam de conselhos (49), a maioria representa o segmento dos trabalhadores, seguidos pelos que são representantes de organizações não governamentais. Ainda entre os trabalhadores desse setor 10,2% afirma representar instituições governamentais. Essa proporção só é possível considerando duas possibilidades: (a) a proporção representa aqueles que tem mais de um vínculo empregatício compartilhando trabalhos no setor público e privado ou (b) alguns respondentes se enganaram ao responder esta questão. Contudo, com o método aplicado neste trabalho não é possível afirmar qual das alternativas é a correta.

Tabela 21: Segmentos que os psicólogos representam nos Conselhos de Controle Social.

Segmentos	Setor Privado	Setor Público
	n=49	n=172
Instituição Governamental	10,2	23,8
Instituição Não Governamental	10,2	4,7
Trabalhadores da área	24,5	15,1
Usuários	4,1	1,7
Prestadores	8,2	0,6
Não identificado	28,6	19,8

Apesar das diferenças demonstradas nas tabelas e gráficos deste tópico não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os setores público e privado.

IX - REMUNERAÇÃO

Os dados relativos à remuneração foram avaliados em função do total de rendimentos, considerando todas as atividades profissionais exercidas pelos respondentes e agregados, conforme observamos na Figura 13. Há uma grande variação entre os rendimentos mínimo e máximo, mas a maioria dos psicólogos apresenta rendimentos nas faixas de R\$ 1.001,00 a R\$2.000,00, seguidos de uma significativa proporção de psicólogos com remuneração entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00.

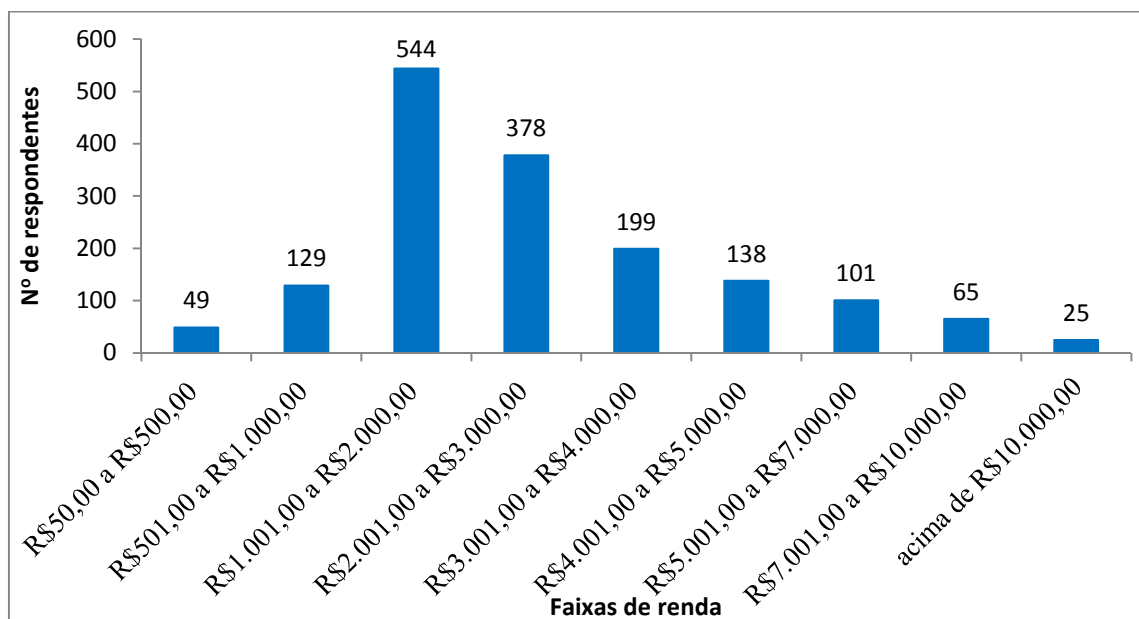


Figura 13: Número de respondentes em cada faixa de renda.

1 – Remuneração por Setor de Atividade

A avaliação comparada dos dados sobre remuneração dos psicólogos considerando sua inserção no setor público (governo federal, governo estadual, governo municipal) e no setor privado (empregado, autônomo, empresário, terceiro setor, incluindo também pesquisador/bolsista) foi realizada por meio do teste de Qui-quadrado para independência entre as condições, utilizando um nível de significância de 5%. Por sua vez, os valores médios das remunerações entre os dois setores foram comparados por meio do Teste t para amostras independentes, utilizando o mesmo nível de significância.

Os resultados obtidos nesta comparação entre setores público e privado mostra a existência de diferenças estatísticas significativas. O setor privado se difere, ao mesmo tempo, por apresentar as remunerações mais baixas e as mais altas comparativamente ao setor público. Na Tabela 22 verificamos que 15,9% dos psicólogos com atuação no setor privado possuem renda mensal até R\$1.000,00, enquanto no setor público apenas 3,8% encontram-se nesse patamar de renda. Por outro lado, somando os percentuais daqueles que

recebem mais de R\$4.000,00 o setor privado se destaca com 35,3% dos psicólogos, enquanto no setor público 28,4% compõem esse grupo.

Tabela 22: Rendimentos dos psicólogos por faixas de renda, de acordo com os setores de atuação.

Faixas de remuneração	Setor público		Setor privado	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
50,00 a R\$ 500,00	1	0,1	48	5,0
501,00 a R\$ 1.000,00	25	3,7	104	10,9
1.001,00 a R\$ 2.000,00	264	39,2	280	29,3
2.001,00 a R\$ 3.000,00	192	28,5	186	19,5
3.001,00 a R\$ 4.000,00	63	9,4	136	14,2
4.001,00 a R\$ 5.000,00	53	7,9	85	8,9
5.001,00 a R\$ 7.000,00	44	6,5	57	6
7.001,00 a R\$ 10.000,00	23	3,4	42	4,4
Acima de R\$ 10.000,00	8	1,2	17	1,8
Total	665	100,0	955	100,0

Nota: Distribuição calculada a partir dos 1628 participantes que responderam a essa pergunta.

É importante notar que as diferenças verificadas nos setores público e privado quanto à remuneração não são estatisticamente significativas e que a média de rendimento entre os trabalhadores somados ambos os setores fica em torno de R\$2.800,00.

2 – Remuneração por Região

A análise da renda em função da região do estado mostra que há correspondência significativa entre essas variáveis ($\chi^2=162,840$; $p=0,091$), com 56,55% de variação dos dados. Podemos verificar nessa análise que as regiões de Curitiba, litoral e outros estados tendem a ter maiores salários (correspondência com salários acima de quatro mil reais) enquanto que os profissionais das demais regiões recebem em geral salários menores que quatro mil reais.

3 – Remuneração conforme a cor ou raça

A comparação da variável renda mensal com a variável cor ou raça foi realizada através do teste de Qui-quadrado com o objetivo de avaliar a hipótese nula de igualdade da distribuição da remuneração entre os psicólogos de acordo com sua cor. Para essa análise foram excluídos os valores extremos (*outliers*) que deturpavam as avaliações de medidas de tendência central

evitando assim erro na análise (evitam-se assim erros do Tipo I.). Com esta metodologia foi possível verificar que houve diferença estatisticamente significativa ($\chi^2=360,5189$; $p<0,001$) da remuneração em função da cor declarada pelo profissional. Fica evidente que os psicólogos que se declararam brancos apresentam uma maior remuneração média (R\$ 2847,86), acompanhada de forma equivalente pelos da cor ou raça amarela (R\$ 2750,00) ($p>0,05$). Os que se reconhecem como pardos apresentaram uma remuneração média de R\$ 2550,72 e aqueles que se declaram pretos têm remuneração média de R\$ 1659,09. Ressaltamos ainda que a denominação indígena não foi contemplada na análise por apresentar um número insuficiente de indivíduos (apenas 2), e por assim ferir as premissas desta análise (ver Figura 14).

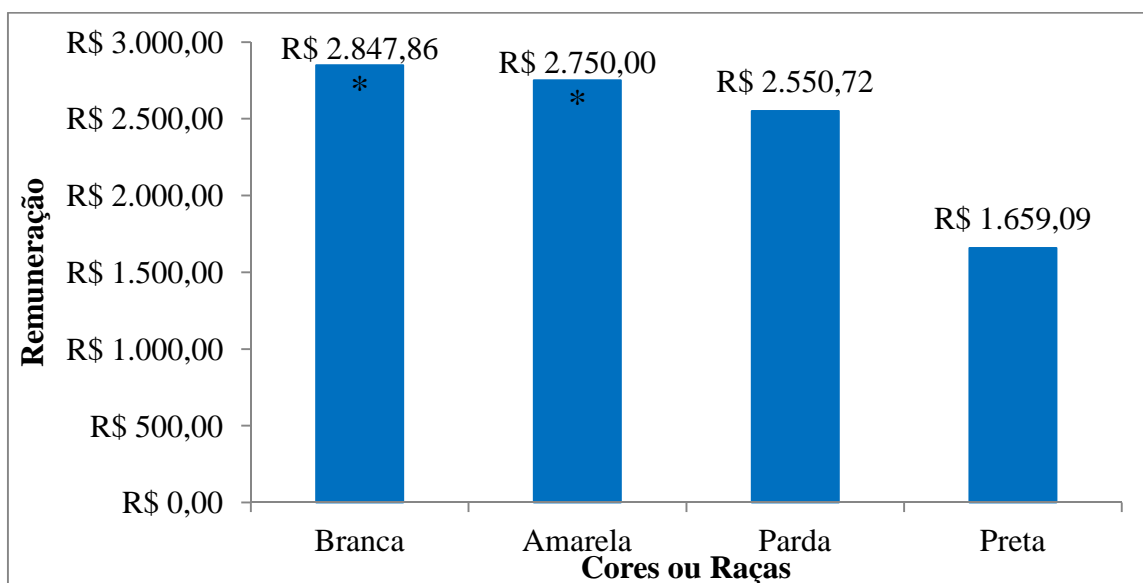


Figura 14: Remuneração média dos psicólogos em função de sua cor. A marca * representa diferença significativa entre as colunas marcadas e não marcadas. Não há diferença significativa dentre as cores marcadas.

Na pesquisa realizada por Salim e Araújo (2010) avaliando o perfil do psicólogo em Minas Gerais, a renda foi levantada apenas para os profissionais liberais e analisada, entre outras variáveis, sua variação conforme a cor ou raça. De acordo com estes resultados, a renda média dos psicólogos profissionais liberais de cor branca foi de R\$2.455,85, enquanto que para as demais cores ou raças este valor cai para R\$1.983,87, valores muito similares àqueles aqui obtidos.

4 – Remuneração por tempo de formado

O tempo de formado é uma variável que se mostrou importante na análise das diferenças na remuneração entre os psicólogos. Os dados comprovaram que, quanto maior o tempo de formado, maior a remuneração média mensal, como mostra a Figura 15. Note que trabalhamos com remuneração média, o que significa dizer que os casos extremos para mais ou para menos interferem no cálculo, porém ficam invisíveis. Ainda assim, a análise multivariada de correspondência sugere que a diferença entre os

grupos de tempo de formado e salário mantém correspondência crescente ($\chi^2=687,857$; $p<0,0001$), com 80,71% de explicação da variação dos dados.

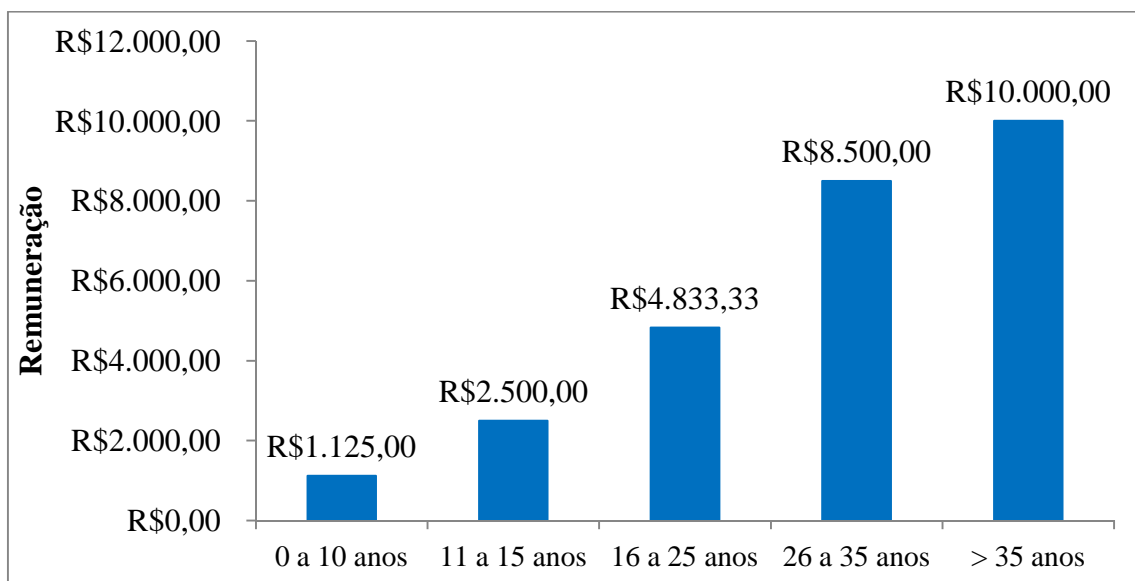


Figura 15: Remuneração média mensal de acordo com o tempo de formado dos psicólogos.

5 – Remuneração por nível de formação acadêmica

Para a análise da relação entre nível de graduação e remuneração, também foi realizado o teste de Qui-quadrado tendo como hipótese nula a igualdade na distribuição da remuneração entre os níveis de formação do psicólogo. Foi possível verificar que houve significância estatística nesta análise ($\chi^2=4947,911$; $p<0,001$), ou seja, à medida que há o aumento do nível de formação do profissional, aumenta-se proporcionalmente a sua remuneração, como mostra a Figura 16. Salientamos novamente que são utilizados valores médios de remuneração para esta análise, o que esconde valores extremos para mais ou para menos.

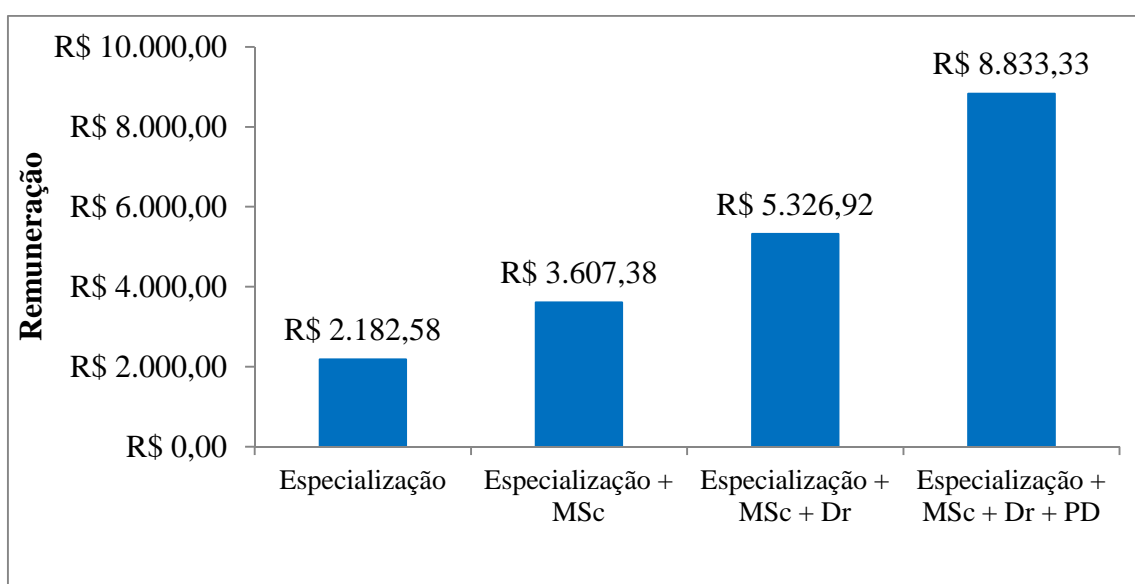


Figura 16: Remuneração média mensal dos psicólogos em função do seu nível de formação. “MSc” significa mestrado, “Dr” significa doutorado e “PD” significa pós-doutorado.

6 – Remuneração segundo o número de postos de trabalho

A correspondência entre o número de postos de trabalho ocupados pelos psicólogos e a respectiva remuneração também se mostrou estatisticamente significativa ($\chi^2=782,538$; $p<0,0001$), com 88,17% de explicação da variação dos dados. Concluímos que, conforme esperado, a remuneração é diretamente proporcional ao número de atividades remuneradas exercidas pelo profissional. Por isso as maiores rendas resultam da maior atividade do profissional.

7 – Remuneração por campo de atuação

A análise multivariada de correspondência permitiu agrupar os campos de atuação de acordo com a remuneração média recebida criando o escalonamento apresentado na Figura 17. A correspondência entre as duas variáveis mostrou-se estatisticamente significativa para os grupos apresentados ($\chi^2=496,356$; $p<0,0001$), com 83,82% de explicação da variação dos dados. Não houve correspondência, entretanto, para os campos da psicologia do esporte e para a docência no ensino médio, bem como para a faixa de rendimentos acima de nove mil reais.

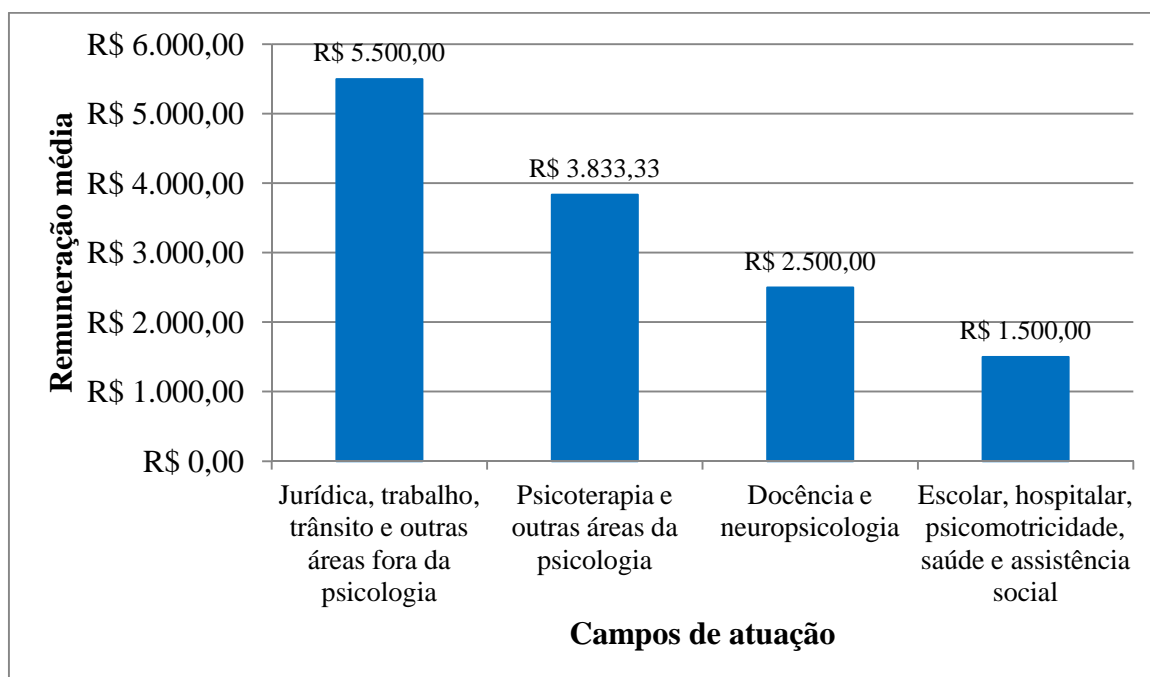


Figura 17: Distribuição dos campos de atuação de acordo com a remuneração mensal média escalonada a partir da análise multivariada de correspondência.

X – CONDIÇÕES DE TRABALHO

Neste ítem da pesquisa procuramos contemplar as condições de trabalho do psicólogo entendida em seu sentido amplo e estabelecendo comparações entre o trabalho no setor público e no setor privado. O principal meio de locomoção utilizado pelos psicólogos que atuam tanto no setor público quanto no setor privado, para dirigir-se ao trabalho é o automóvel, conforme mostra a Tabela 23. A análise por meio do teste Qui-quadrado indicou que não há diferenças significativas entre o comportamento setorial quanto ao aspecto de locomoção

Tabela 23 - Distribuição percentual do meio de locomoção utilizado para chegar ao trabalho nos setores público e privado de atuação do psicólogo.

Meios de locomoção	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Motocicleta	1,2	2,4
Automóvel	66,7	71,3
Ônibus	13,9	13,4
A pé	12,4	14,8
Bicicleta	0,6	0,1
Outro	1,0	0,9
Não respondentes	4,3	0,0

O tempo médio de deslocamento entre a casa e o trabalho é, na maioria dos casos, inferior a 15 minutos, seguido da faixa de 16 a 30 minutos. Este é um dado significativo como um dos indicadores de qualidade de vida dos profissionais da psicologia, não havendo distinção importante entre os que atuam nos setores público e privado (ver Tabela 24).

Tabela 24: Tempo médio gasto no deslocamento até o trabalho.

Tempo	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Até 15 min.	47,2	50,5
De 16 a 30 min.	27,8	25,1
De 31 a 59 min.	10,6	12,8
De 1 a 3 horas	2,8	5,9
Mais de 3 horas	0,3	0,1
Não respondentes	11,3	5,6

Perguntados sobre as condições físicas do ambiente onde trabalham, os psicólogos que atuam no setor privado declararam considerar adequado o seu espaço físico, sendo que apenas 20% deles informam a existência de problemas. Já 59% dos psicólogos do setor público avaliam que seu ambiente

físico de trabalho não é adequado. Essa diferença é estatisticamente significativa ($p < 0,01$) entre os setores. Esses profissionais relatam que o desconforto devido à presença de ruídos no ambiente de trabalho é o principal problema, seguido pela falta de ambientes adequados para diversificar o atendimento e pelo desconforto térmico destes espaços. Os psicólogos do setor privado que avaliam os seus ambientes de trabalho como inadequados apontam problemas similares aos relatados pelos psicólogos do setor público, não havendo diferenças significativas entre eles (ver Tabela 25).

Tabela 25: Distribuição percentual dos problemas declarados sobre o espaço físico de trabalho dos psicólogos nos setores público e privado.

Problemas do espaço físico	Setor Privado	Setor Público
	n=244	n=446
Falta de privacidade no atendimento	40,2	43,7
Falta de ambientes para diversificar o atendimento	36,9	52,2
Dificuldade de acesso aos pacientes	9,0	11,7
Falta de segurança pessoal	10,7	21,1
Falta de espaço para a guarda de materiais	30,7	33,9
Higiene e limpeza	7,4	15,0
Desconforto térmico	33,2	50,0
Desconforto de ruídos	51,2	57,4
Iluminação	9,8	16,6
Outros problemas	14,8	20,0

Nota: Não há diferença estatisticamente significativa entre os problemas de espaço físico relatados pelos psicólogos do setor público e privado ($p > 0,05$).

A baixa remuneração está entre os principais fatores considerados como prejudiciais ao exercício profissional pelos psicólogos do setor público e privado. A inadequação do espaço é um problema levantado principalmente pelos psicólogos do setor público, assim como a hierarquia institucional e a disponibilidade de tempo para desenvolver todas as funções requeridas, conforme a Tabela 26.

Tabela 26: Distribuição percentual dos fatores que prejudicam o exercício profissional nos setores público e privado.

Fatores	Setor Privado	Setor Público
	n=1196	n=752
Hierarquia institucional	11,3	23,9
Inadequação de espaço	7,7	26,9
Baixa remuneração	30,4	37,9
Tempo disponível para as funções	13,0	21,9
Dificuldade de acessibilidade	7,8	7,7
Outros	5,7	12,5

Nota: Não há diferença estatisticamente significativa entre os fatores que prejudicam o exercício profissional do psicólogo no setor público e privado ($p > 0,05$).

Na pesquisa relatada por Salim e Araújo (2010), a inadequação do espaço foi citada por 33% dos respondentes como fator que dificulta o exercício da ética profissional, enquanto a baixa remuneração foi apontada por 31% e a hierarquia institucional/pressões da chefia por 24% dos participantes na pesquisa.

Na avaliação sobre as condições de trabalho dos psicólogos incluímos questões relativas às pressões exercidas sobre os psicólogos para a entrega de laudos e/ou avaliações psicológicas. Apenas 16% dos psicólogos ligados ao setor público e 4,2% dos que atuam no setor privado afirmaram sofrer este tipo de assédio. No caso do setor privado a pressão provém dos promotores públicos e no setor público esta prática acontece pelas secretarias estaduais e municipais, bem como pelo juizado.

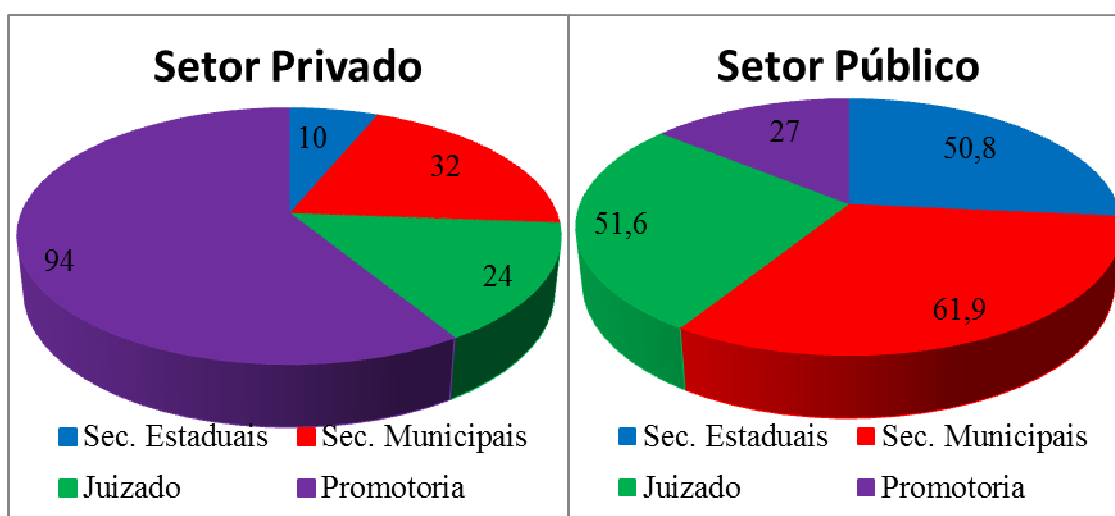


Figura 18: Distribuição percentual das fontes de pressão para a emissão de laudos nos setores público e privado. Há diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre as fontes de pressão para emissão de laudos entre os setores analisados.

A autonomia nas decisões que dizem respeito ao processo de trabalho do psicólogo também foi uma preocupação na elaboração da presente pesquisa. A maioria dos profissionais, tanto do setor público quanto privado, afirmam ter autonomia em todos os aspectos levantados sem diferenças estatisticamente relevantes entre os respondentes de cada setor, conforme mostra a Tabela 25.

Tabela 25: Existência de Autonomia na execução do trabalho.

Autonomia	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Abordagens/linhas teóricas	80,1	85,5
Conteúdo de laudos técnicos	68,1	75,5
Acesso aos usuários	63,7	71,4
Organização do trabalho	71,7	72,3
Definição de atividades	71,5	71,9
Encaminhamentos	73,3	76,2

As dificuldades para garantir a manutenção de sigilo de documentos de uso dos psicólogos referentes a dados de seus pacientes foi apontado por apenas 16% daqueles que atuam no setor público e por 6,5% com atividade no setor privado. Esta é uma questão que precisa ser melhor avaliada, tendo em vista tanto o risco que esta situação pode trazer para o paciente como para o próprio psicólogo. Esta afirmação ganha apoio nas respostas dos participantes à pergunta sobre o acesso que outros profissionais têm aos prontuários psicológicos. Outros profissionais que não trabalham em equipes multidisciplinares como administradores, assistentes sociais, fonoaudiólogos e profissionais relacionados ao direito, dentre outros, são indicados como pessoas que têm acesso aos prontuários psicológicos por 14,39% dos respondentes (ver Tabela 26).

Tabela 26: Profissionais que têm acesso aos prontuários.

Profissionais	Distribuição Percentual
Apenas o próprio psicólogo	72,77
Administradores	7,07
Outros psicólogos, psiquiatras e estagiários de psicologia	4,32
Assistente social e cientista social	2,68
Equipe multidisciplinar	9,69
Pedagogo e equipe educacional	2,29
Fonoaudiólogo, fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional	0,26
Profissionais relacionados ao direito	0,85
Enfermeiros ou médicos	1,24
Pacientes	0,13

Nota: 639 participantes não responderam a esta questão. O percentual foi calculado tendo como base os 1528 respondentes.

O registro das informações sobre o trabalho realizado pelos psicólogos acontece majoritariamente por relato de sessões tanto no setor público quanto no privado e pela produção de relatórios técnicos, em especial, no setor público. Poucos são os profissionais nos dois setores que elaboram relatórios estatísticos sobre sua atividade profissional (ver Tabela 27).

Tabela 27: Modalidades de registro de informações relativas ao trabalho.

Modalidade de registro	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Relato de sessões	47,7	45,2
Prontuário da equipe	11,8	27,7
Relatórios Técnicos	28,5	48,4*
Relatórios estatísticos	10,1	14,1
Outras formas	7,9	9,3

Nota: Há diferença estatisticamente significativa entre as modalidades de registro de informações relatadas pelos psicólogos do setor público e privado ($p < 0,05$).

O trabalho em equipe multiprofissional foi citado pela maioria dos profissionais, porém são os psicólogos do setor público que se destacam pela integração significativamente maior ($p < 0,05$). Este é um dado positivo, pois indica predominância de atuação integrada e interdisciplinar na área das políticas públicas, o que é bem visto no atendimento à população. Este dado reforça também a necessidade do aprofundamento das discussões e da produção de referências técnicas bem como de direcionamento nos cursos de graduação para a atuação em equipes de trabalho multiprofissional. (Ver Figura 19)

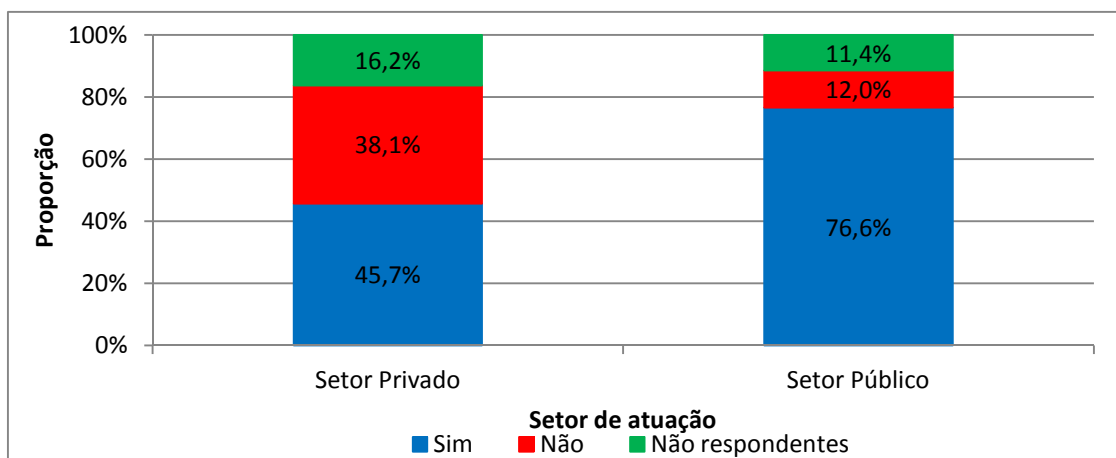


Figura 19: Proporção de psicólogos que trabalha em parceria com outros profissionais nos setores público e privado.

A avaliação sobre quais profissionais participam, junto com os psicólogos, em equipes multiprofissionais, destaca a categoria dos Assistentes Sociais para o setor público. Conforme a Tabela 28, são também parceiros frequentes os pedagogos, médicos, enfermeiros e professores. Dessa forma fica evidente a importância das áreas da saúde, assistência social e educação como espaço para a atuação interdisciplinar com a participação ativa da psicologia. No setor privado a atuação com outros profissionais é mais disseminada, com destaque para os médicos, administradores, assistentes sociais, pedagogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos.

A pesquisa do perfil do psicólogo realizada em âmbito nacional indica que 42% dos profissionais informaram atuar em equipes multiprofissionais, 12% em equipes exclusivas de psicólogos e 35% afirmaram trabalhar sozinhos (Martins & Puente-Palacios, 2010). Este comportamento se aproxima do encontrado na presente pesquisa entre os profissionais que atuam no setor privado, como aponta a Figura 19.

Com o objetivo de avaliar como o psicólogo entende o trabalho em equipe multidisciplinar, os respondentes foram requisitados para assinalar frases pré-formuladas sobre o trabalho multiprofissional. Os participantes deveriam assinalar as frases que mais representavam sua atuação multiprofissional. A Tabela 29 mostra diferenças significativas entre os respondentes dos setores público e privado e, em ambos os casos, as frases

marcadas pelos respondentes são, em geral, positivas sugerindo uma boa apreciação do trabalho multidisciplinar pelo psicólogos.

A baixa remuneração é a principal dificuldade apontada pelos profissionais da psicologia no que diz respeito ao exercício profissional. Esta condição foi mais enfática entre os profissionais de setor público com 49,1% dos respondentes declarando baixa remuneração. Destaque também para a falta de rede de atendimento, a interferência de ordem política no trabalho, a inadequação da infraestrutura disponível e o desconhecimento dos gestores sobre o trabalho da psicologia. No setor privado, além da baixa remuneração, o desconhecimento sobre o trabalho da psicologia pela comunidade aparece como problema para 25,8% dos respondentes. Esta dificuldade também aparece no setor público em proporção equivalente, conforme aponta a Tabela 30.

Tabela 28: Distribuição percentual de profissionais que participam de equipes multidisciplinares das quais os psicólogos respondentes fazem parte.

Profissionais	Setor Privado n=546	Setor Público n=576
Administrador (a)	40,7	14,8
Advogado (a)	13,4	8,7
Assistente social	39,6	77,1
Bioquímico (a)	3,1	3,1
Contabilista	12,1	1,4
Dentista	7,0	12,2
Enfermeiro (a)	24,2	34,4
Engenheiro (a) de Segurança de Trabalho	10,8	1,7
Farmacêutico (a)	7,9	10,6
Fisioterapeuta	31,3	21,7
Fonoaudiólogo (a)	31,5	27,6
Médico (a)	53,5	49,1
Terapeuta ocupacional	21,2	20,7
Educador (a)	19,6	27,1
Professor (a)	27,3	30,2
Pedagogo (a)	33,2	51,2
Policia	1,1	3,3
Operador (a) de Direito	1,1	3,3
Outros	22,9	19,1

Nota: as porcentagens foram calculadas tendo como base o número de psicólogos dentre os respondentes que declararam ter na equipe um dos profissionais mencionados. Desse modo a soma dos percentuais de cada setor ultrapassa 100%. Há diferença estatisticamente significativa entre os profissionais que compõem equipes multiprofissionais com o psicólogo do setor público e do setor privado ($p < 0,05$).

Tabela 29: Situações que melhor caracterizam o trabalho da equipe multidisciplinar.

Características do Trabalho em	Setor	Setor
--------------------------------	-------	-------

equipe	Privado n=1196	Público n=752
Atendimento conjunto ao usuário	16,5	36,8
Avaliação conjunta de casos	21,2	46,7
Integração	19,7	28,6
Compartilhamento de saberes	28,3	43,9
Cada um faz sua parte	13,6	23,8
Competição	1,8	4,7
Dificuldade em definir papéis	3,3	10,6
Sobrecarga de alguns	4,7	15,8
Outros	1,2	3,6

Nota: Há diferença estatisticamente significativa entre as características do trabalho em equipe relatadas pelos psicólogos do setor público e privado ($p < 0,05$).

Tabela 30: Principais dificuldades sentidas no exercício profissional

Dificuldades	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Falta de capacitação	7,9	27,9
Baixa remuneração	39,7	49,1
Falta de equipe multiprofissional	5,9	13,7
Falta de rede de atendimento	9,9	35,8
Inadequação de estrutura	7,9	31,4
Falta de autonomia	5,7	8,6
Interferência hierárquica	11,2	19,4
Interferência política	5,0	33,0
Desconhecimento dos gestores	11,5	30,5
Desconhecimento pela comunidade	25,8	26,2
Outros	6,8	7,0

Nota: Há diferença estatisticamente significativa entre as dificuldades relatadas pelos psicólogos do setor público e privado ($p < 0,05$).

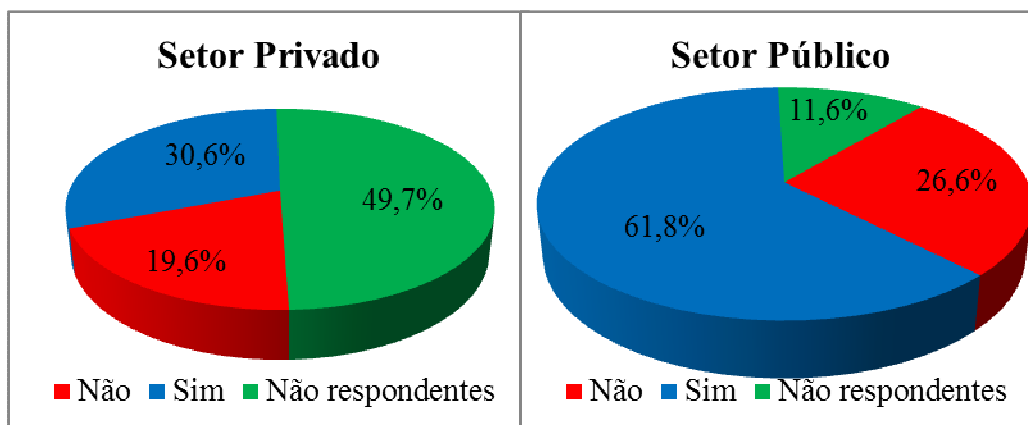


Figura 20: Proporção de respondentes que realizam horas extras. Os percentuais foram calculados tendo como base todos os 1196 profissionais do setor particular e os 752 do setor público.

No setor público 26,6% dos respondentes declararam realizar horas extras em sua atividade profissional e no setor privado o número é de 19,6%. Nessa questão, entretanto, 49,7% dos respondentes do setor privado não responderam. Isso é esperado uma vez que o setor privado inclui os trabalhadores autônomos para os quais não faz sentido indicar a realização de horas extras de trabalho. Se ignorarmos os participantes que não responderam à questão a porcentagem de trabalhadores que faz horas extras sobe para 39,03% no setor privado e 30,07% no setor público. No total, ou seja, sem desconsiderar os não respondentes, 27,46% dos psicólogos que trabalham fazem horas extras. Comparando ao mesmo dado da pesquisa realizada pelo CRP de Minas Gerais (Salim & Araújo, 2010) na qual 42,38% dos psicólogos trabalhavam horas extras percebemos uma proporção bem menor de profissionais que estendem sua jornada de trabalho no Paraná.

Para os que responderam afirmativamente a este quesito, foi perguntado a quantidade de horas extras realizadas, e a maioria realiza de 6 a 10 horas mensais, tanto no setor público como no privado. A Tabela 31 sintetiza a distribuição das respostas a essa questão.

Tabela 31: Quantidade de horas extras realizadas por mês

Horas Extras	Setor Privado n=235	Setor Público n=200
1 a 5 horas	22,1	29,0
6 a 10 horas	34,9	37,5
11 a 15 horas	9,4	7,5
16 a 20 horas	13,2	11,5
> 20 horas	7,7	6,0
Não respondentes	12,8	8,5

Nota: Não há diferença estatisticamente significativa na quantidade de horas extras realizadas por psicólogos dos setores público e privado ($p>0,05$).

A compensação de horas trabalhadas tem sido utilizada como forma de “ressarcimento” das horas trabalhadas que excedem o contrato de trabalho. Este mecanismo acontece tanto no setor público como no setor privado, como mostra a Figura 21. O pagamento efetivo das horas excedentes é feito principalmente pelo setor privado (20%) e mais de 17% dos respondentes do setor público declaram nem receber nem compensar as horas adicionais trabalhadas.

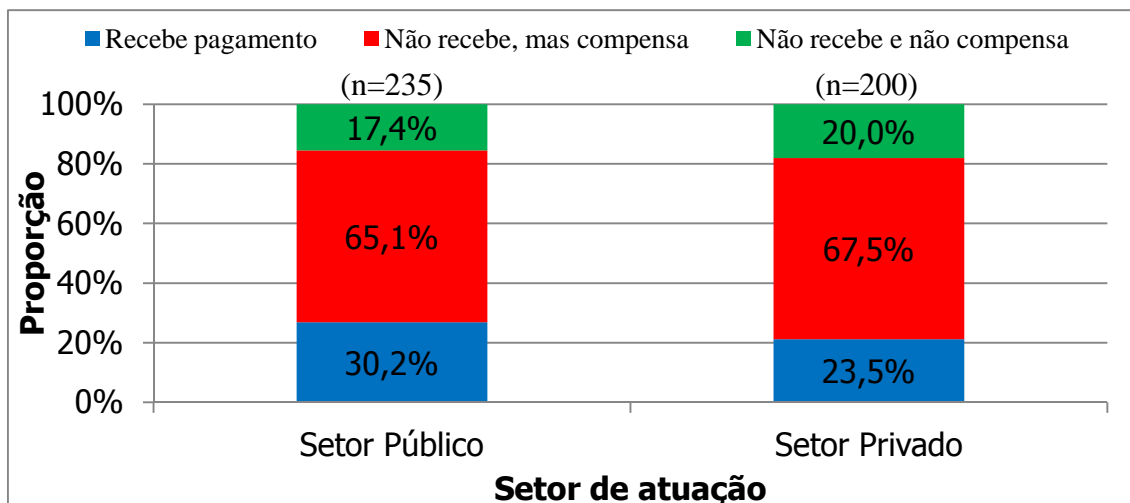


Figura 21: Mecanismos de ressarcimento de horas extras utilizados pelos empregadores dos psicólogos respondentes.

Os benefícios citados pelos trabalhadores são diferenciais importantes na análise das condições de trabalho, especialmente em áreas ou categorias nas quais a remuneração não é satisfatória. Neste ponto percebemos diferenças significativas entre os setores público e privado, conforme mostra a Tabela 32. O principal benefício no setor público é o adicional por tempo de serviço, declarado por 36,2% dos psicólogos. Na área privada, as declarações de benefícios mais frequentes são o recebimento de vale alimentação com 16,6% de citações, vale transporte com 12,7% e seguro saúde com 10,8%, sendo estes os únicos benefícios em que o setor privado apresenta uma proporção maior do que o setor público.

Tabela 32: Benefícios citados pelos psicólogos.

Benefícios	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Vale transporte	12,7	12,4
Vale alimentação	16,6	12,2
Adicional por tempo de serviço	7,6	36,2
Adicional por insalubridade	2,3	17,7
Adicional por periculosidade	0,4	3,6
Seguro saúde	10,8	7,2
Gratificação de incentivo à docência	2,3	3,1
Gratificação de incentivo à produtividade	3,0	7,3
Gratificação de incentivo à qualificação	2,6	10,9
Função gratificada	2,0	9,4
Adicional por distância	0,6	0,7
Outros	5,5	5,7

Nota: A diferença nas proporções de psicólogos que recebem os benefícios mencionados é estatisticamente significativa ($p < 0,05$) quando comparadas entre os setores público e privado de atuação.

Assim como na pergunta sobre a realização de horas extras, quando perguntados sobre a existência de programas de progressão na carreira 57,8% dos psicólogos do setor privado não responderam à questão. Ainda assim, 18,2% dos funcionários do setor privado e 36,8% dos funcionários do setor público declararam existir planos de progressão na carreira nas instituições em que trabalham.

Na tentativa de avaliar a preocupação dos gestores e empregadores com o aperfeiçoamento profissional e com a qualidade do trabalho desenvolvido pelo psicólogo, dois aspectos foram incluídos na pesquisa: atividades de aperfeiçoamento profissional por iniciativa dos gestores/empregadores e a existência de supervisão em serviço. Novamente, nessa avaliação grande parte (43,1%) dos respondentes que trabalham no setor privado se absteve de responder as questões propostas. Além disso percebemos, segundo o relato dos participantes, que o setor público oferece maiores condições de aperfeiçoamento profissional que o setor privado. A Figura 22 ilustra a distribuição das respostas dos participantes a essa questão. Dentre as atividades de aperfeiçoamento profissional mais citadas estão a oferta de cursos de aprimoramento e o pagamento ou financiamento de cursos particulares pelo empregador. A Tabela 33 mostra a distribuição das respostas relativas ao tipo de atividade de aperfeiçoamento profissional oferecida pelos empregadores dos setores público e privado. Há diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre a proporção de psicólogos dos setores público e privado que declaram ter apoio do empregador para o aprimoramento profissional, mas não há diferença significativa no tipo de apoio oferecido aos psicólogos dos diferentes setores.

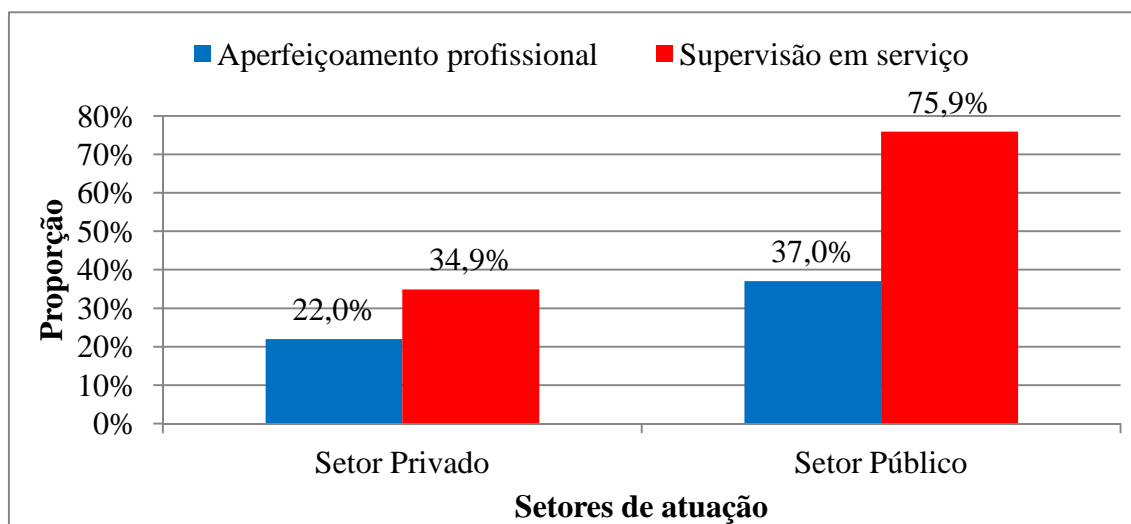


Figura 22: Porcentagem de respondentes que declarou ter apoio para aprimoramento profissional ou supervisão disponibilizados pelos empregadores nos setores público e privado. Para essa questão era permitido indicar mais de uma resposta de modo que a soma das porcentagens pode ultrapassar 100%. Há diferença significativa entre os setores público e privado ($p < 0,05$).

Tabela 33: Tipo de atividades de aperfeiçoamento profissional programadas pelos gestores/empregadores.

Atividades	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
------------	-------------------------	------------------------

Cursos	23,7	41,9
Oficinas	7,0	11,2
Ensino à distância	4,3	10,6
Disponibilização de recursos didáticos	13,7	15,7
Subsídios financeiros	13,1	24,6
Outros	3,1	7,7

Além de investigar se havia recursos de aprimoramento profissional foi perguntado também se os respondentes participaram de alguma dessas atividades nos dois últimos anos (2008-2009). Entre os servidores públicos 64,4% afirmaram ter realizado alguma atividade de capacitação no período. No setor privado apenas 34,6% afirmaram ter desenvolvido atividades com esta finalidade. Novamente uma grande parte dos profissionais do setor privado deixou de responder a este quesito da pesquisa (53,4%).

A existência de sistemas de avaliação de desempenho também foi um aspecto avaliado nesta pesquisa. Normalmente esse tipo de método é utilizado em instituições que possuem carreiras profissionais definidas, como uma forma de estabelecer critérios de progressão. Essa característica pode ajudar a explicar que 56,3% dos psicólogos que atuam no setor privado não tenham respondido a esta questão e apenas 17,3% tenham respondido afirmativamente. Entre os profissionais do setor público 41,5% afirmaram que em suas instituições há sistemas de avaliação de desempenho implantados e a diferença entre os setores é estatisticamente significativa ($p < 0,05$). A existência de mecanismos de avaliação de desempenho tende a proporcionar um maior controle de qualidade no trabalho do profissional e maior compatibilidade entre a ação e os objetivos da instituição.

As condições de trabalho também são influenciadas por um conjunto de fatores que podem contribuir para a geração de tensões. Perguntados sobre a ocorrência de tais fatores, os profissionais do setor público indicaram a falta de funcionários e a conseqüente sobrecarga de trabalho, os problemas de relacionamento e as disputas políticas internas como as principais fontes de tensão no ambiente de trabalho, como mostra a Tabela 34. No setor privado, exceto a influência de disputas políticas internas, os mesmos fatores foram apontados, além da alta rotatividade de pessoal. Cabe salientar que 10% dos psicólogos do setor privado e 13% do setor público avaliam que em seu ambiente de trabalho não há fatores geradores de tensões.

Tabela 34: Proporção percentual de psicólogos que relatam diferentes fontes de tensão no trabalho.

Fatores de tensão	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Assédio moral	4,3	13,6
Assédio sexual	0,3	0,9
Alta rotatividade	11,1	17,2
Alterações de carga horária	6,1	7,3
Falta de funcionários	10,2	33,5
Absenteísmo	4,6	4,9
Problemas relacionais	10,0	29,0

Esvaziamento da função	1,0	5,6
Sobrecarga de trabalho	15,6	32,4
Instabilidade de vínculo	6,0	12,2
Disputas políticas internas	5,9	28,1
Não ocorre tensão	9,9	13,0
Outras	3,3	6,5

Podemos entender que eventuais conflitos entre as exigências do trabalho na instituição e o código de ética da psicologia geram tensões. É interessante avaliar como os psicólogos respondem a essas situações. Na Tabela 35 vemos que a maioria (52,1%) dos psicólogos do setor privado não respondeu a esta questão. E dentre os funcionários do setor público quase metade (46,8%) tenta resolver os conflitos na própria instituição mas, ainda assim, 25,1% dos respondentes diz recorrer ao Conselho Regional de Psicologia para resolver tal tipo de conflito.

Outro aspecto que a pesquisa procurou avaliar refere-se às relações no ambiente de trabalho. Sabemos que este é um fator importante para caracterizar as condições de trabalho, uma vez que as relações entre os profissionais de uma equipe, dos profissionais com as chefias e com os usuários, geram tensões que podem chegar a interferir na produtividade e até na saúde dos profissionais. Nesta pesquisa os participantes foram questionados sobre a existência de conflitos profissionais em relação a empregadores/gestores, a membros de equipes multiprofissionais, em relação a outros psicólogos e em relação à clientela.

Tabela 35: Distribuição percentual das atitudes para a solução de conflitos entre as exigências profissionais e o código de ética profissional.

Categoria	Setor Privado n=1196	Setor Público n=752
Resolver na própria instituição	18,1	46,8
Resolver com o CRP	8,5	25,1
Não existe	20,6	26,6
Outro	0,7	2,1
Não respondentes	52,1	0,0

Nota: Não há diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) nas atitudes tomadas pelos psicólogos dos setores público e privado para a resolução de conflitos.

Na ocorrência de conflitos entre psicólogos e seus empregadores/gestores percebemos que não há diferenças significativas entre as respostas dadas pelos psicólogos dos setores público e privado e que aproximadamente a metade dos profissionais avalia que não há desgastes. Poucos afirmam a ocorrência frequente de conflitos e uma minoria avalia que os conflitos são permanentes. No que diz respeito às relações dos psicólogos com os demais profissionais da equipe de trabalho também não ocorrem diferenças marcantes entre os setores público e privado, porém os conflitos aparecem com mais frequência do que com os empregadores/gestores.

Percebemos também que a maioria responde que os desgastes acontecem “às vezes” entre a equipe. O mesmo se verifica nas relações entre os psicólogos e as gerências/superintendências. Finalmente, o relacionamento entre os próprios psicólogos também foi avaliado e cerca de 30% deles apontam a ocorrência de desgastes com frequência eventual. As Figuras 23, 24 e 25 ilustram as distribuições de frequência de conflitos declarados pelos psicólogos com seus empregadores/gerentes, com outros membros da equipe de trabalho e com outros psicólogos, respectivamente.

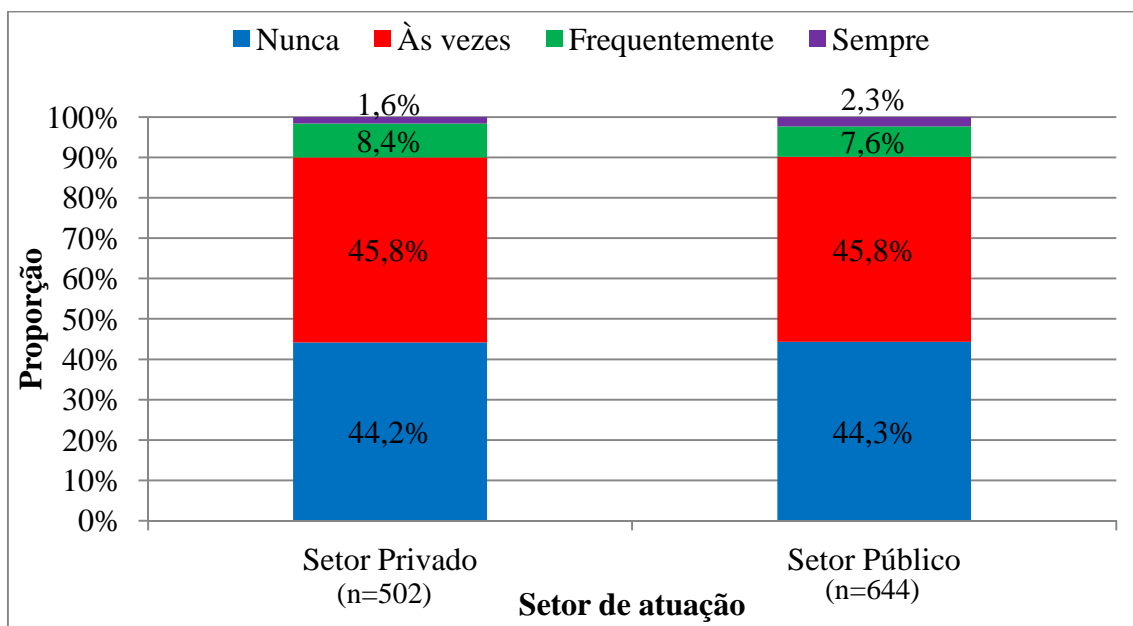


Figura 23: Distribuição proporcional da frequência de conflitos do psicólogo com empregadores/gestores nos setores privado e público de atuação.

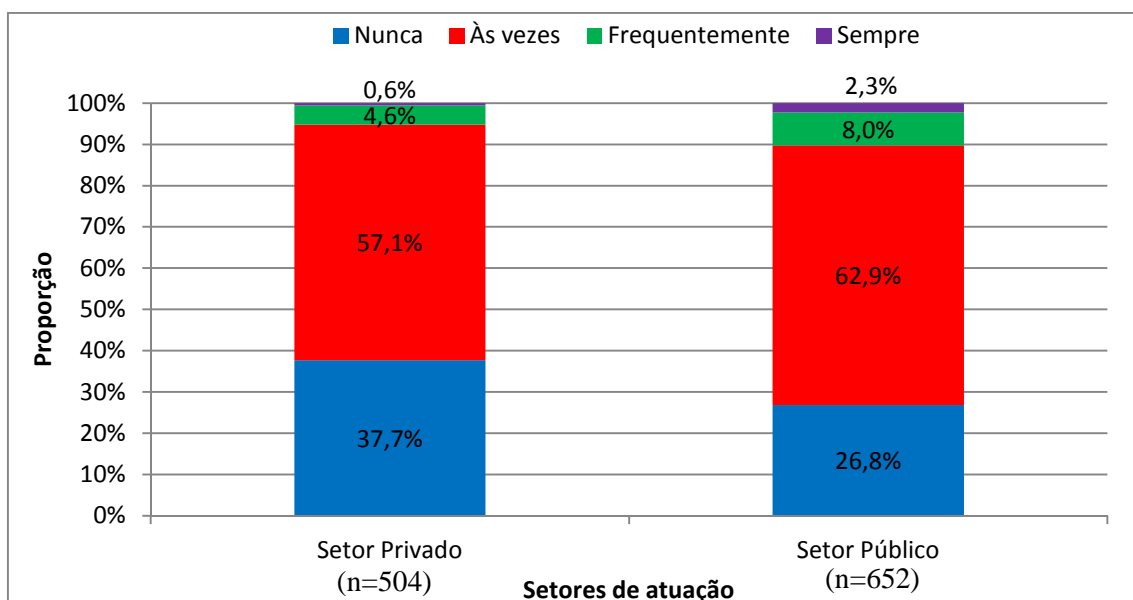


Figura 24: Distribuição proporcional da frequência de conflitos do psicólogo com a equipe de trabalho nos setores privado e público de atuação.

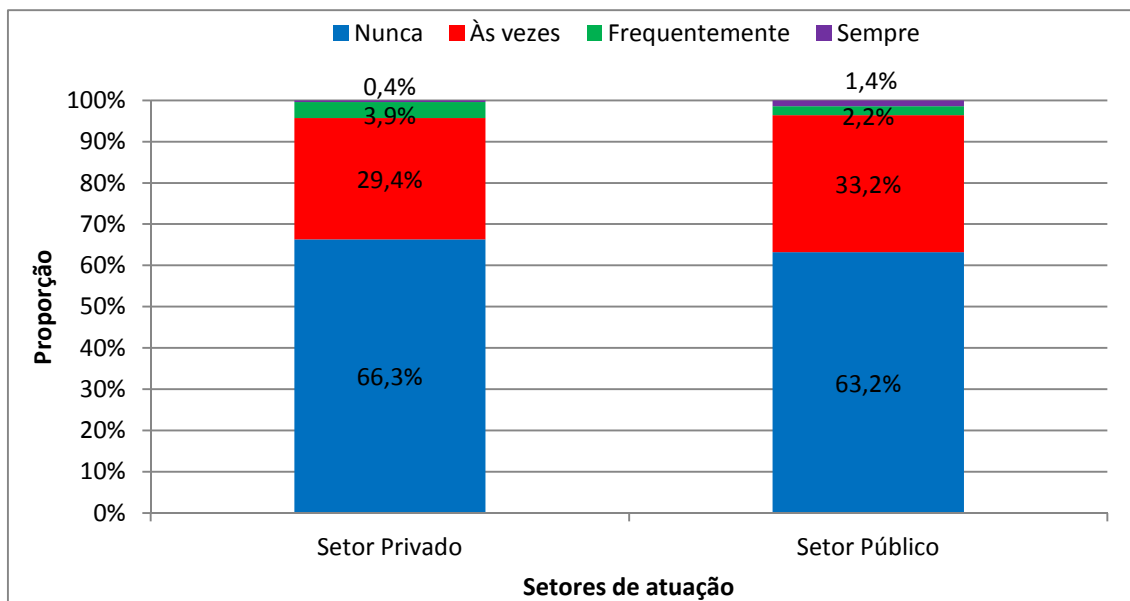


Figura 25: Distribuição proporcional da frequência de conflitos do psicólogo com outros psicólogos nos setores privado e público de atuação.

No relacionamento entre os psicólogos e a sua clientela destaque para as diferenças entre as respostas dos psicólogos do setor público e do privado. Em ambos os setores a maioria afirma não haver conflitos, porém a proporção no setor privado é significativamente maior do que no setor público (ver Figura 26).

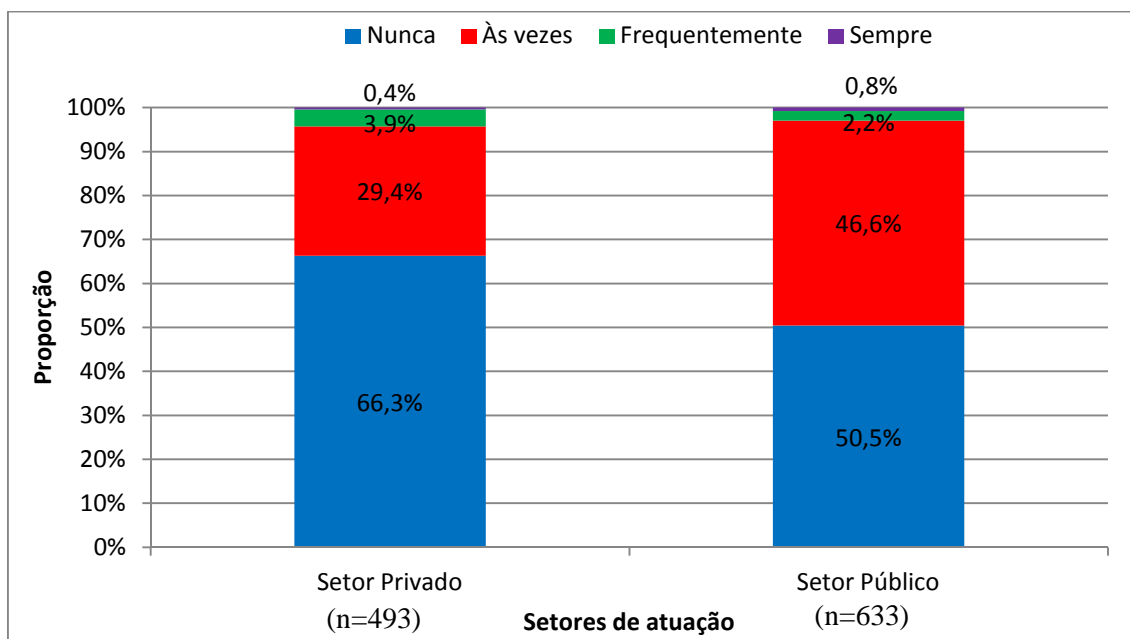


Figura 26: Distribuição proporcional da frequência de conflitos do psicólogo com a clientela nos setores privado e público de atuação.

A análise comparativa dos quesitos relativos a existência de conflitos nas relações de trabalho entre os psicólogos e demais agentes envolvidos, pode ser facilitada ao avaliar os dados em conjunto, conforme apresentados na Tabela 36. Podemos concluir que os menores índices de conflitos enfrentados pelos psicólogos acontecem na relação com a clientela e com outros

psicólogos, tanto no setor público quanto privado ($P > 0,05$), mas principalmente no setor público. Por outro lado, a maior proporção de relações conflituosas acontece entre os psicólogos e os demais profissionais da equipe, como também com gerentes/superintendentes, tanto no setor público como privado, com maior ênfase entre os psicólogos do setor público.

Considerando a frequência em que estes conflitos acontecem, constatamos que os conflitos com a gerência são os mais frequentes sem distinção significativa entre os setores público e privado, seguidos dos conflitos com os empregadores/gestores. As maiores diferenças entre os setores aparece nas relações com a equipe, pois no setor público acontecem os conflitos com maior frequência. Esse padrão não representa necessariamente relações de trabalho mais difíceis, mesmo porque é no setor público que os psicólogos trabalham mais em equipes multiprofissionais o que torna natural os conflitos onde há maior interação.

Com o objetivo ainda de avaliar as condições de trabalho do psicólogo, procuramos obter informações sobre a eventual rotatividade nos postos de trabalho nos últimos 10 anos. A dimensão da rotatividade de empregos pelos psicólogos não foi avaliada nesta pesquisa por problemas metodológicos, mas um dado importante a ser considerado na rotatividade de empregos são os motivos relatados para justificar tais mudanças por parte dos psicólogos.

Tabela 36: Distribuição em percentuais do conflitos de psicólogos dos setores público e privado com outros agentes envolvidos no trabalho.

Agentes em conflito	Existência de conflitos		Conflitos frequentes	
	Setor Privado	Setor Público	Setor Privado	Setor Público
Psicólogo/empregador	55,8	55,7	10	9,9
Psicólogo/equipe	62,3	73,2	5,2	10,3
Psicólogo/gerência	61,0	63,7	11,3	11,9
Psicólogo/clientela	33,7	49,5	4,3	3,0
Psicólogo/psicólogo	33,7	36,8	4,3	3,6

Nota: A categoria “existência de conflitos” corresponde à indicação de que “às vezes” ocorre conflito das análises anteriores e a categoria “conflitos frequentes” resulta da soma das categorias “frequentemente” e “sempre” das mesmas análises.

Por fim, a Tabela 37 mostra os motivos apresentados pelos respondentes e ressalta que o motivo mais indicado é encontrar melhores oportunidade de emprego.

Tabela 37: Motivos da mudança de vínculos empregatícios nos últimos 10 anos entre os psicólogos dos setores público e privado.

Motivos	Setor Privado	Setor Público
	n=309	n=359
Demissão	12,0	7,2
Melhores oportunidades	75,7	66,6

profissionais		
Contrato temporário	19,7	30,1
Baixos salários	21,7	24,2
Outro	14,9	13,6

REFERÊNCIAS

- Bastos, A.V.B.; Gondim, S.M.G. & Rodrigues, A.C.A. (2010). Uma categoria profissional em expansão: Quantos somos e onde estamos? Em: A.V.B. Bastos; S.M.G. Gondim (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. (pp. 32-44) Porto Alegre: Artmed.
- Conselho Federal de Psicologia. (2003, 24 de Março). Resolução 002/2003: Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001. Obtido em 10/09/2011. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2003_02.pdf
- Cosby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciência do comportamento*. São Paulo: Atlas
- Gondim, S. M. G.; Bastos, A. V. B.; Peixoto, L. S. A. (2010). Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. Em: A.V.B. Bastos; S.M.G. Gondim (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. (pp. 174-199) Porto Alegre: Artmed.
- Hair, J. F.; Anderson, R. E.; Tatham, R. L. & Black, W. C. (1998). *Multivariate data analysis*. 5 ed. New Jersey: Prentice Hall.
- Heloani, R.; Macêdo, K. B. Cassiloato, R. (2010). O exercício da profissão: Características gerais da inserção profissional do psicólogo. Em: A.V.B. Bastos; S.M.G. Gondim (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. (pp. 107-150) Porto Alegre: Artmed.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). População residente por sexo, situação do domicílio e cor ou raça - Resultados Preliminares do Universo. Obtido em 26/11/2011, Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3145&z=t&o=25&i=P>
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2011). Caderno estatístico: Estado do Paraná. [Online]. Obtido em 26/11/2011, Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=00019&btOk=ok>
- Martins, M. C. F. & Puente-Palacios, K. (2010). O psicólogo e sua inserção em equipes de trabalho. Em: A.V.B. Bastos; S.M.G. Gondim (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. (pp. 200-222) Porto Alegre: Artmed.
- Neto, I. N. (2010). Perspectiva da pós-graduação no Brasil (2008-2022). *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 7, 58-79.

Salim, C. A. & Araújo, A. R. (2010). *O trabalho e a saúde dos psicólogos em Minas Gerais: Resultados da Pesquisa*. (Relatório Técnico). Belo Horizonte. MG: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.

SISCAFW (1997). (Versão 1.0.135.0 SQL) [Software]. Curitiba, Paraná: Implanta Informática.

Yamamoto, O. H.; Souza, J. A. J.; Silva, N.; Zanelli, J. C. (2010). A formação básica, pós-graduada e complementar do psicólogo no Brasil. Em: A.V.B. Bastos; S.M.G. Gondin (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. (pp. 45-65). Porto Alegre: Artmed.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Tabela A1: Perfil demográfico dos psicólogos quanto a sexo, cor ou raça, estado civil, idade e local de residência.

Variáveis	Respondentes	Categoria	Frequência ABS.	Frequência (%)
Sexo	2167	Feminino	1921	88,6
		Masculino	222	10,2
		Não resp.	24	1,1
Cor ou Raça	2167	Amarela	68	3,1
		Branca	1895	87,4
		Indígena	2	0,1
		Parda	114	5,3
		Preta	20	0,9
		Sem declarar	36	1,7
		Não resp.	32	1,5
Estado civil	2167	Casado	989	45,6
		Divorciado	125	5,8
		Separado	73	3,4
		Solteiro	749	34,6
		Viúvo	25	1,2
		União Estável	173	8,0
		Não resp.	33	1,5
Idade	2167	20 a 24	179	8,23
		25 a 29	509	23,5
		30 a 34	358	16,5
		35 a 39	221	10,2
		40 a 44	238	11,0
		45 a 49	275	12,7
		50 a 54	181	8,4
		55 a 59	102	4,7
		60 a 64	45	2,1
		65 a 69	9	0,4
		> 70	10	0,5
Não resp.	41	1,9		
Locais de residência nas mesorregiões paranaenses	2092	Centro Ocidental	37	1,7
		Centro Oriental	51	2,4
		Centro-Sul	50	2,3
		Metropolitana de Curitiba	1026	47,4
		Noroeste	92	4,3
		Norte Central	456	21,1
		Norte Pioneiro	49	2,3
		Oeste	213	9,8

		Sudeste	46	2,1
		Sudoeste	72	3,3
Outros locais de residência	75	Outros Estados	18	0,8
		Não resp.	57	2,6

Tabela A2: Formação acadêmica dos psicólogos, por tipo de IES, ano de formação e Pós-graduação.

Variável	Freq.	Categoria	Frequência por categoria	Frequência relativa por categoria (%)
Tipo de IES	2167	Pública	625	28,8
		Privada	1509	69,6
		Não respondente	33	1,5
IES de formação	2167	Universidade Tuiuti do Paraná	432	19,9
		Pontifícia Universidade Católica do Paraná	377	17,4
		Universidade Estadual de Maringá	185	8,5
		Universidade Federal do Paraná	182	8,4
		Universidade Estadual de Londrina	168	7,8
		Universidade Paranaense	150	6,9
		Centro Universitário Filadélfia	99	4,6
		Centro de Ensino Superior de Maringá	80	3,7
		Universidade do Contestado	42	1,9
		Faculdade Assis Gurgacz	30	1,4
		Faculdade Evangélica do Paraná	26	1,2
		Universidade do Oeste Paulista	21	1,0
		Universidade Positivo	18	0,8
		Universidade Estadual do Centro Oeste	16	0,7
		Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	15	0,7
		Universidade do Vale de Itajaí	14	0,6
		Faculdade de Pato Branco	13	0,6
		Faculdade União das Américas	12	0,6
		Faculdade Ingá	11	0,5
		Universidade Federal de Santa Catarina	10	0,5
		União Pan-Americana de Ensino	10	0,5
		Universidade do Oeste de Santa Catarina	9	0,4
		Pontifícia Universidade Católica de Campinas	8	0,4
Universidade Paulista	8	0,4		
Faculdades Dom Bosco	7	0,3		
Fundação Universitária Regional de Blumenau	7	0,3		
Pontifícia Universidade Católica de São	7	0,3		

Paulo		
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	7	0,3
Universidade Metodista de São Paulo	6	0,3
Universidade de Marília	6	0,3
Universidade do Sagrado Coração	7	0,3
Universidade Positivo	5	0,2
Universidade de São Paulo	5	0,2
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	5	0,2
Faculdades Metropolitanas Unidas	4	0,2
Pontifícia Universidade Católica de Pelotas	4	0,2
Universidade Braz Cubas	4	0,2
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	4	0,2
Universidade São Marcos	4	0,2
Universidade de Passo Fundo	4	0,2
Universidade do Sul de Santa Catarina	4	0,2
Centro Universitário Franciscano	3	0,1
Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso	3	0,1
Instituto de Ensino Superior Senador Flaquer	3	0,1
Universidad Nacional de Buenos Aires	3	0,1
Universidade Católica de Petrópolis	3	0,1
Universidade Federal de Uberlândia	3	0,1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3	0,1
Universidade de Taubaté	3	0,1
Associação Catarinense de Ensino	2	0,1
Centro Universitário Paulistano	2	0,1
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora	2	0,1
Faculdades de Ciências Aplicadas de Cascavel	2	0,1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2	0,1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2	0,1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2	0,1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2	0,1
Universidade Estácio de Sá	2	0,1
Universidade Federal da Paraíba	2	0,1
Universidade Federal de São Carlos	2	0,1
Universidade Federal do Pará	2	0,1
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	2	0,1

		Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2	0,1
		Universidade Católica de Pelotas	2	0,1
		Centro Unificado de Brasília	1	0,05
		Centro Universitário Capital	1	0,05
		Centro Universitário Celso Lisboa	1	0,05
		Centro Universitário Hermínio da Silveira	1	0,05
		Centro Universitário Luterano de Palmas	1	0,05
		Centro Universitário Padre Anchieta	1	0,05
		Centro Universitário de Brasília	1	0,05
		Centro Universitário de Santo André	1	0,05
		Centro Universitário do Triângulo	1	0,05
		Faculdade Integral Diferencial	1	0,05
		Fundação Presidente Antônio Carlos	1	0,05
		Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco	1	0,05
		Universidade Bandeirante de São Paulo	1	0,05
		Universidade Estadual da Paraíba	1	0,05
		Universidade Estadual do Espírito Santo	1	0,05
		Universidade Federal Fluminense	1	0,05
		Universidade Federal de Minas Gerais	1	0,05
		Universidade Federal de Pernambuco	1	0,05
		Universidade Federal de Santa Maria	1	0,05
		Universidade Federal do Amazonas	1	0,05
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	0,05
		Universidade Gama Filho	1	0,05
		Universidade José do Rosário Vellano	1	0,05
		Universidade Luterana do Brasil	1	0,05
		Universidade Metodista de Piracicaba	1	0,05
		Universidade Salgado de Oliveira	1	0,05
		Universidade Santa Úrsula	1	0,05
		Universidade Tiradentes	1	0,05
		Universidade de Santa Cruz do Sul	1	0,05
		Universidade de Franca	1	0,05
		Fundação Educacional Jaime de Altavila	1	0,05
		Universidade de Brasília	1	0,05
		Universidade de Cuiabá	1	0,05
		Não respondente	39	1,8
		Bioethos	1	0,05
		Faculdade de Filosofia e Letras São Leopoldo	1	0,05
IES não reconhecidas	13	Faculdade Integrada de Ciência e Letra de Guarulhos	1	0,05
		Instituto Cultural Newton de Paiva Ferreira BH - MG	1	0,05
		Instituto de Psicologia	1	0,05

		Universidade Católica de São Carlos	1	0,05
		Universidade de Itaifa Israel	1	0,05
		Universidade Estadual de Maringá e Universidade Tuiuti	1	0,05
		Universidade Estadual	1	0,05
		Não identificados	4	0,2
Ano de formação	2167	1960 a 1969	2	0,1
		1970 a 1979	75	3,5
		1980 a 1989	368	17,0
		1990 a 1999	437	20,2
		2000 a 2010	1205	55,6
		Não respondentes	80	3,7
Estados da IES de formação	2167	Paraná	1818	83,9
		São Paulo	104	4,8
		Santa Catarina	96	4,4
		Rio Grande do Sul	28	1,3
		Rio de Janeiro	20	0,9
		Minas Gerais	12	0,6
		Paraíba	4	0,2
		Distrito Federal	3	0,1
		Mato Grosso do Sul	3	0,1
		Goiás	2	0,1
		Pará	2	0,1
		Pernambuco	2	0,1
		Sergipe	1	0,05
		Piauí	1	0,05
		Mato Grosso	1	0,05
		Rio Grande do Norte	1	0,05
		Alagoas	1	0,05
		Amazonas	1	0,05
		Tocantins	1	0,05
Não respondentes	66	3,0		
Pós- graduação	2167	Sim	1663	76,7
		Não	449	20,7
		Não respondentes	55	2,5
Cursos após a graduação	1663	Formação	1545	92,9
		Especialização	1604	96,5
		Mestrado	255	15,3
		Doutorado	59	3,5
		Pós-Doutorado	11	0,6
Não respondentes	125	7,5		

Tabela A3: Cursos de formação realizados pelos psicólogos de acordo com as áreas de atuação.

Variável	Nº de psicólogos	Categoria	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
----------	------------------	-----------	---------------------	-------------------------

		Psicologia Clínica	1177	76,2
		Psicologia Escolar/Educacional	503	32,6
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	453	29,3
		Psicologia Hospitalar	261	16,9
		Psicologia Social	251	16,3
		Psicopedagogia	245	15,9
		Neuropsicologia	178	11,5
		Psicologia de Trânsito	156	10,1
		Psicomotricidade	150	9,7
		Psicologia Jurídica	103	6,7
		Outros	52	3,4
		Psicologia do Esporte	37	2,4
		Saúde Mental	19	1,2
		Técnicas e dinâmicas de grupo	14	0,9
		Gestão	13	0,8
		Psicologia Ambiental	11	0,7
		Avaliação psicológica/psicodiagnóstico	10	0,6
		Educação Especial/inclusiva	10	0,6
		Orientação vocacional/profissional	7	0,5
		Drogadição	7	0,5
		Metodologia do Ensino Superior/magistratura	5	0,3
		Coaching	4	0,3
		Terapia Comunitária	4	0,3
Áreas dos cursos de formação	1545			

Tabela A4: Cursos de Especialização realizados pelos psicólogos de acordo com as áreas de conhecimento.

	Nº de psicólogos	Categoria	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Áreas de conhecimento das especializações	1604	Psicologia Escolar / Educacional	173	10,8
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	197	12,3
		Psicologia do Trânsito	46	2,9
		Psicologia Jurídica	19	1,2
		Psicologia do Esporte	3	0,2
		Psicologia Clínica	581	36,2
		Psicologia Hospitalar	47	2,9
		Psicopedagogia	152	9,5
		Psicomotricidade	28	1,7
		Psicologia Social	40	2,5
		Neuropsicologia	72	4,5
		Psicologia Ambiental	1	0,1
		Avaliação psicológica/psicodiagnóstico	7	0,4
		Educação Especial/inclusiva	32	2,0
		Técnicas e dinâmicas de grupo	5	0,3
		Orientação vocacional/profissional	2	0,1
		Saúde Mental e Saúde Pública	66	4,1
		Drogadição	17	1,1
		Coaching	2	0,1
		Gestão	54	3,4
Terapia Comunitária	2	0,1		
Metodologia do Ensino Sup./magistratura	13	0,8		
Outros*	64	4,0		
Não respondentes	503	31,4		
Título fornecido por	1604	MEC	1009	62,9
		CFP	147	9,2
		Não respondentes	448	27,9
Tipo de instituição	1604	Pública	300	18,7
		Privada	1192	74,3
		Não respondentes	112	7,0

Nota: O campo relativo a "outras" áreas de conhecimento foi recodificado considerando a especificação da área informada pelos respondentes.

Tabela A5: Características dos Cursos de Pós Graduação realizados pelos psicólogos.

Características	No. de psicólogos	Categoria	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Tipo de IES do Mestrado	255	Pública	148	58,0
		Privada	107	42,0
Ano de formação do mestrado	255	1970 a 1979	1	0,4
		1980 a 1989	9	3,5
		1990 a 1999	21	8,2
		2000 a 2009	135	52,9
		2010 a 2013	69	27,1
		Não respondentes	20	7,8
Tipo de IES do Doutorado	59	Pública	45	76,3
		Privada	14	23,7
Tipo de IES do Pós-Doutorado	11	Pública	9	81,8
		Privada	2	18,2

Tabela A6: Tempo de serviço em relação a todos os empregos declarados pelos Psicólogos.

Categoria	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
< 1 ano	210	8,9
1 a 5 anos	1119	47,7
6 a 10 anos	350	14,9
11 a 15 anos	163	6,9
16 a 20 anos	136	5,8
21 a 25 anos	77	3,3
26 a 30 anos	73	3,1
31 a 35 anos	16	0,7
36 a 40 anos	7	0,3
41 a 50 anos	3	0,1
Não respondentes	194	8,2

Tabela A7: Critério estabelecido pelos psicólogos para a classificação do trabalho principal por eles exercido.

Categoria	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Carga horária semanal	697	42,4
Vínculo de trabalho	615	37,4
Tempo na instituição	245	14,9
Remuneração mensal	484	29,4
Única área	118	7,2
Afinidade /Formação profissional / prazer	49	3,0
Atividade própria	9	0,5
Estabilidade	4	0,2
Possibilidade de crescimento e reconhecimento	11	0,7
Engajamento na gestão / Envolvimento pessoal	3	0,2
Localização	2	0,1
Outro	33	2,0
Prejudicado	12	0,7

Tabela A8: Principais campos de atuação dos psicólogos.

Campos de atuação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Análise / Psicoterapia	982	59,7
Educacional / Escolar	267	16,2
Trabalho / Organizacional	262	15,9
Docência (ensino superior)	201	12,2
Assistência Social	180	11
Saúde Pública	169	10,3
Outras áreas da Psicologia	93	5,7
Outras áreas fora da Psicologia	83	5,1
Hospitalar	64	3,9
Jurídico / Criminal / Forense	41	2,5
Trânsito	39	2,4
Docência (ensino médio)	38	2,3
Neuropsicologia	9	0,6
Psicomotricidade	7	0,4
Esporte	4	0,2

Nota: 1635 psicólogos responderam a questão sobre o local de trabalho, porém 1644 pessoas assinalaram os campos de atuação.

Tabela A9: Áreas do conhecimento em psicologia mais utilizadas de acordo com os setores de atuação dos psicólogos.

Áreas do Conhecimento	Setor Público				Setor Privado			3º Setor	Subtotal	Bolsista	Total
	Fed	Est	Mun.	Subtotal	Emprego	Autônomo	Empres				
Psicanálise	24	75	233	332	134	343	33	122	632	12	976
Psicologia Comportamental	8	59	172	239	147	246	41	103	537	5	781
Psicologia Sistêmica	9	45	178	232	93	253	32	86	464	5	701
Psicologia Cognitiva	8	43	121	172	80	214	30	78	402	5	579
Psicopedagogia	1	18	127	146	46	101	16	62	225	0	371
Neuropsicologia	7	21	67	95	32	91	13	33	169	2	266
Psicologia Analítica	5	14	47	66	35	114	7	29	185	2	253
Outra	7	38	57	102	29	57	16	22	124	3	229
Psicodrama	2	20	36	58	39	70	11	25	145	1	204
Gestalt	0	13	41	54	27	82	9	21	139	2	195
Centrada na Pessoa	2	10	29	41	27	57	9	22	115	2	158
Psicologia Existencial	3	12	45	60	23	46	6	12	87	2	149
Psicologia Corporal	2	4	21	27	24	67	8	11	110	3	140
Psicomotricidade	1	12	45	58	11	38	7	20	76	1	135
Logoterapia	1	3	8	12	10	26	5	12	53	1	66

Tabela A10: Participação dos psicólogos em Conselhos de políticas públicas por setor.

Conselhos	Setor Privado n=49	Setor Público n=172
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	9,8	35,7
Conselho Municipal da Assistência Social	17,1	27,0
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	2,4	7,9
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	0,0	0,8
Conselho Municipal de Saúde	14,6	14,3
Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social	0,0	0,8
Conselho Municipal de Antidrogas	9,8	6,4
Com. Mun. Estudo, Análise e Enfrentamento às violências Físicas, Psicológicas e Exploração Sexual	0,0	0,8
Conselho Local de Saúde	2,4	1,6
Conselhos Profissionais	4,9	0,8
Conselho Escolar	2,4	0,0
Conselho Estadual Anti Drogas	0,0	0,8
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	0,0	3,2
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência	4,9	4,8
Conselho Municipal de Educação	0,0	0,8
Conselho de Alimentação Escolar	0,0	0,8
Conselho Municipal do Trabalho	0,0	0,8
Conselho Municipal de Segurança	2,4	0,0
Comissão de Informação em Saúde e Educação no Cont. Social do SUS	0,0	0,8
Com. Est. de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente	0,0	0,8
Comissão Estadual de Saúde Mental	0,0	1,6
Conselho Comunitário da Justiça	0,0	0,8
Conselho Municipal de Cultura	0,0	0,8
Conselho Municipal da Juventude	0,0	1,6
Conselho Municipal de Economia Solidária	0,0	0,8
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	2,4	0,0
Conselho Municipal de Trânsito	4,9	0,0
Outros	7,3	1,6
Prejudicado	22,0	11,1

Tabela A11: Correspondências estatisticamente significativas entre remuneração e tempo de formado.

Tempo de Formado	Remuneração	Média
0 a 5 anos	Menos de R\$ 500	R\$
6 a 10 anos	R\$ 500 a R\$ 1000,00	1125,00
	R\$ 1001,00 a R\$ 2000,00	
11 a 15 anos	R\$ 2001,00 a R\$ 3000,00	R\$ 2500,00
16 a 20 anos	R\$ 3001,00 a R\$ 4000,00	R\$
21 a 25 anos	R\$ 4001,00 a R\$ 5000,00	4833,33
	R\$ 6001,00 a R\$ 7000,00	
26 a 30 anos	R\$ 5001,00 a R\$ 6000,00	R\$
31 a 35 anos	R\$ 7001,00 a R\$ 8000,00	8500,00
	R\$ 12001,00 a R\$ 13000,00	
36 a 40 anos	R\$ 8001,00 a R\$ 9000,00	R\$
Acima de 40 anos	R\$ 11001,00 a R\$ 12000,00	10000,00

Nota: As correspondências entre remuneração e tempo de formado é significativa ($\chi^2=687,857$; $p<0,0001$) sugerindo 80,71% de explicação dos dados.